

**UNIVERSIDADE MUNICIPAL DE SÃO CAETANO DO SUL – IMES  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
PROGRAMA DE MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO**

**ALEXANDRE SAMPAIO DE ALMEIDA**

**O TRATAMENTO DO TEMA REFERENTE À GESTÃO DAS CIDADES-REGIÃO  
NA UNIVERSIDADE BRASILEIRA: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO NA ÁREA DAS  
CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS**

**São Caetano do Sul  
2006**

**ALEXANDRE SAMPAIO DE ALMEIDA**

**O TRATAMENTO DO TEMA REFERENTE À GESTÃO DAS CIDADES-REGIÃO  
NA UNIVERSIDADE BRASILEIRA: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO NA ÁREA DAS  
CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS**

Dissertação apresentada ao Programa de  
Mestrado em Administração da Universidade  
Municipal de São Caetano do Sul como  
requisito parcial para a obtenção do título de  
Mestre em Administração

Orientador: Professor Doutor Luís Paulo  
Bresciani

**São Caetano do Sul  
2006**

Para Renata

Para João Gabriel e Giovana

## **AGRADECIMENTOS**

A realização da presente dissertação de Mestrado é fruto da contribuição de pessoas que me incentivaram a atingir este objetivo.

Agradeço primeiramente ao Professor Doutor Jeroen Klink, primeira pessoa a me estimular a cursar o Mestrado e meu Orientador ao longo de quase todo o período, pelo apoio, paciência e amizade com que me mostrou os caminhos para que este trabalho pudesse ser concluído.

Agradeço ao Professor Doutor Luís Paulo Bresciani, pela amizade e pela gentileza de assumir a orientação do meu trabalho já na reta final, devido à licença do Professor Jeroen.

Agradeço a todos os professores doutores do Mestrado, pela amizade e pelo incentivo.

Aos meus colegas de Mestrado, agradeço pela honra de tê-los conhecido e passado com eles, profissionais qualificados e dedicados, um importante e instrutivo tempo de minha vida. Agradeço especialmente aos colegas Humberto Fascini e Sirlei Pitteri, pela amizade e apoio nos momentos mais difíceis.

Agradeço ao meu amigo e Gerente Regional do Banco do Brasil, José Elias Neto, por me apoiar durante todo o curso e pela compreensão nos momentos em que tive que me dedicar à presença nas aulas, afastando-me de minhas atribuições.

Agradeço aos meus colegas de trabalho do Banco do Brasil de Santo André, pelo carinho, pela compreensão e pelo incentivo, principalmente à Tânia Martinez, que me ajudou muito nas minhas dificuldades com a língua inglesa.

Agradeço aos meus pais, Messias e Ana, pelo exemplo e incentivo.

Agradeço à minha esposa Renata e aos meus filhos João Gabriel e Giovana, pela paciência e compreensão com a minha ausência por dois anos.

Por fim, gostaria de registrar que as pessoas omitidas nestas linhas tem seu lugares reservados em meu coração, e terão para sempre a minha gratidão.

Agradeço a Deus, por tudo.

## Lista de tabelas

Tabela 1: Universo da pesquisa: total de cursos

46

## Lista de quadros

Quadro 1: Hierarquia das cidades globais	19
Quadro 2: Quadro de referência teórico do conceito de cidade-região	38
Quadro 3: Temas e categorias de dados da pesquisa	43
Quadro 4: Programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i> na área de Administração	47
Quadro 5: Linhas de pesquisa relacionadas à temática de trabalho na área de Administração	49
Quadro 6: Programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i> na área de Economia	52
Quadro 7: Linhas de pesquisa relativas à temática do trabalho na área de Economia	53
Quadro 8: Programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i> na área de Planejamento Urbano e Regional	56
Quadro 9: Linhas de pesquisa relacionadas à temática do trabalho na área de Planejamento Urbano e Regional	57
Quadro 10: Programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i> na área de Geografia	60

## Lista de siglas

APL: Arranjo Produtivo Local

CAPES: Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior

CEDEPLAR: Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional

ENCE: Escola Nacional de Ciências Estatísticas

FBV: Faculdade Boa Viagem

FEAD: Faculdade de Estudos Administrativos de Minas Gerais

FESP/UPE: Fundação Universidade de Pernambuco

FGV/RJ: Fundação Getúlio Vargas – Rio de Janeiro

FGV/SP: Fundação Getúlio Vargas – São Paulo

FJP: Fundação João Pinheiro

FNH: Faculdade Novos Horizontes

FPL: Faculdades Integradas de Pedro Leopoldo

FUCAPE: Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Economia, Contabilidade e Finanças

FUFSE: Fundação Universidade Federal do Sergipe

FUNECE: Fundação Universidade do Estado do Ceará

FURB: Universidade Regional de Blumenau

IBMEC: Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais

IMES: Universidade Municipal de São Caetano do Sul

ONG: Organização Não Governamental

OSCIP: Organização da Sociedade Civil de Interesse Público

PUC/MG: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

PUC/PR: Pontifícia Universidade Católica do Paraná

PUC/RS: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

PUC/SP: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PUC-RIO: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

SBI: Sociedade Brasileira de Instrução

UCGO: Universidade Católica de Goiás

UCS: Universidade de Caxias do Sul

UCSAL: Universidade Católica de Salvador

UDESC: Universidade do Estado de Santa Catarina

UEL: Universidade Estadual de Londrina

UEM: Universidade Estadual de Maringá  
UERJ: Universidade Estadual do Rio de Janeiro  
UFBA: Universidade Federal da Bahia  
UFC: Universidade Federal do Ceará  
UFES: Universidade Federal do Espírito Santo  
UFF: Universidade Federal Fluminense  
UFG: Universidade Federal de Goiás  
UFJF: Universidade Federal de Juiz de Fora  
UFLA: Universidade Federal de Lavras  
UFMG: Universidade Federal de Minas Gerais  
UFMS: Universidade Federal do Mato Grosso do Sul  
UFMT: Universidade Federal de Mato Grosso  
UFPA: Universidade Federal do Pará  
UFPB/JP: Universidade Federal da Paraíba – Campus João Pessoa  
UFPE: Universidade Federal de Pernambuco  
UFPR: Universidade Federal do Paraná  
UFRGS: Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
UFRJ: Universidade Federal do Rio de Janeiro  
UFRN: Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
UFRPE: Universidade Federal Rural de Pernambuco  
UFRRJ: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
UFSC: Universidade Federal de Santa Catarina  
UFSM: Universidade Federal de Santa Maria  
UFU: Universidade Federal de Uberlândia  
UFV: Universidade Federal de Viçosa  
UMESP: Universidade Metodista de São Paulo  
UNAMA: Universidade da Amazônia  
UNB: Universidade de Brasília  
UNC: Universidade do Contestado  
UNESA: Universidade Estácio de Sá  
UNESP/PP: Universidade Estadual Paulista – Presidente Prudente  
UNESP/RC: Universidade Estadual Paulista – Rio Claro  
UNICAMP: Universidade Estadual de Campinas  
UNICENP: Centro Universitário Positivo

UNIFACS: Universidade Salvador  
UNIFAP: Fundação Universidade Federal do Amapá  
UNIFecap: Centro Universitário Álvares Penteado  
UNIFOR: Universidade de Fortaleza  
UNIGRANRIO: Universidade do Grande Rio  
UNIMEP: Universidade Metodista de Piracicaba  
UNINOVE: Centro Universitário Nove de Julho  
UNIP: Universidade Paulista  
UNIR: Universidade Federal de Rondônia  
UNISAL: Centro Universitário Salesiano de São Paulo  
UNISANTOS: Universidade Católica de Santos  
UNISC: Universidade de Santa Cruz do Sul  
UNISINOS: Universidade do Vale do Rio dos Sinos  
UNIVALI: Universidade do Vale do Itajaí  
UNIVAP: Universidade do Vale do Paraíba  
UNOESTE: Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
UPM: Universidade Presbiteriana Mackenzie  
USP/ESALQ: Universidade de São Paulo – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz  
USP/RP: Universidade de São Paulo – Ribeirão Preto  
USP: Universidade de São Paulo

## SUMÁRIO

<b>1.</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>1</b>
1.1	ORIGEM DO ESTUDO	1
1.2	PROBLEMATIZAÇÃO	3
1.3	OBJETIVOS	9
1.4	JUSTIFICATIVA DO ESTUDO	10
1.5	DELIMITAÇÃO DO ESTUDO	11
1.6	VINCULAÇÃO À LINHA DE PESQUISA	12
1.7	ESTRUTURA DO TRABALHO	13
<b>2.</b>	<b>REFERENCIAL CONCEITUAL</b>	<b>14</b>
2.1	A ASCENSÃO E O PROTAGONISMO DAS CIDADES	14
2.2	O CONCEITO DE CIDADE-REGIÃO	18
2.3	A ESTRUTURA ECONÔMICA DA CIDADE-REGIÃO	24
2.4	A CIDADE-REGIÃO COMO UMA UNIDADE DE ACUMULAÇÃO ECONÔMICA	27
2.5	REGULAÇÃO E GOVERNANÇA NA CIDADE-REGIÃO	29
2.5.1	A ação coletiva	31
2.5.2	Governança nas cidades-região	34
2.6	UM QUADRO DE REFERÊNCIA TEÓRICO	35
<b>3.</b>	<b>METODOLOGIA</b>	<b>39</b>
3.1	TIPO DA PESQUISA	39
3.2	AMOSTRA E SUJEITOS DA PESQUISA	41
3.3	PROCEDIMENTOS PARA COLETA DE DADOS	42
3.4	PROCEDIMENTO PARA ANÁLISE DE RESULTADOS	43
<b>4.</b>	<b>ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS</b>	<b>46</b>
4.1	RESULTADOS NA ÁREA DE ADMINISTRAÇÃO	46
4.2	RESULTADOS NA ÁREA DE ECONOMIA	52
4.3	RESULTADOS NA ÁREA DE PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL	56
4.4	RESULTADOS NA ÁREA DE GEOGRAFIA	59
4.5	DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	61

<b>5.</b>	<b>CONCLUSÕES</b>	<b>69</b>
5.1	LIMITAÇÕES DA PESQUISA	70
5.2	LEVANTAMENTO DE HIPÓTESES	71
5.3	SUGESTÃO PARA TRABALHOS FUTUROS	73
<b>6.</b>	<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>74</b>
	<b>APÊNDICE 1</b>	<b>78</b>
	<b>APÊNDICE 2</b>	<b>81</b>
	<b>APÊNDICE 3</b>	<b>85</b>
	<b>APÊNDICE 4</b>	<b>86</b>

## RESUMO

O presente trabalho compreende uma análise do conteúdo programático dos cursos de pós-graduação *stricto sensu*, no campo das ciências sociais aplicadas, com foco nas áreas de Administração, Economia e Planejamento Urbano e Regional, e com a contribuição da área de Geografia, no que se refere à gestão das cidades-região. A definição de cidade-região é a de uma aglomeração urbana com população superior a um milhão de habitantes, e incorporada aos processos econômicos globais. A cidade-região pode ser vista como o resultado de um movimento de aglomeração de população e de atividades produtivas, o que, em função da proximidade, contribui para o surgimento de uma série de relacionamentos e interações entre os atores econômicos e sociais. Como consequência dessas interações, existe um efeito não controlado, resultante da atividade de um determinado ator, que pode ser apropriado por outros atores e não pode ser incorporado por mecanismos de mercado, as chamadas externalidades. A aglomeração de um grande contingente de população também produz a necessidade de um compartilhamento do espaço e da infraestrutura, configurando um conjunto de bens comuns, denominados bens públicos. O quadro referencial apresentado mostra a cidade-região como espaço de aglomeração econômica e demográfica, cujo conjunto de inter-relações evidencia uma série de questões novas, como as externalidades e os bens públicos, e relativas aos processos de gestão. O objetivo da pesquisa foi verificar, no conteúdo programático dos referidos cursos e ainda da Geografia, o tratamento dado ao tema referente às cidades-região. A partir de uma proposta metodológica baseada na análise de conteúdo, a investigação foi realizada, e como resultado obteve-se a hipótese de que o tema não está recebendo, na Universidade brasileira, nas áreas analisadas, um tratamento relativo à importância que o fenômeno da cidade-região vem apresentando, no mundo todo e no Brasil.

Palavras-chave: cidade-região, externalidades, governança, Universidade brasileira.

## **ABSTRACT**

The present work embraces an analysis of the content programmatic of the courses of masters degree *stricto sensu*, in the field of the applied social sciences, with focus in the areas of Administration, Economy and Urban and Regional Planning, and with the contribution of the area of Geography, in what it refers to the administration of city-region. The definition of city region is the one of an urban gathering with superior population to a million inhabitants, and incorporate to the global economical processes. The city region can be seen as the result of a movement of population gathering and of productive activities, which, in function of the proximity, it contributes to the appearance of a series of relationships and interactions among the economical and social stakeholders. As a consequence of those interactions, an effect exists not controlled, resulting from the activity of a certain stakeholder, that can be appropriate for other stakeholders and it cannot be incorporate for market mechanisms, the calls externalities. The gathering of a great population contingent also produces the need of a sharing of the space and infrastructure, configuring a group of common goods, denominated public goods. The picture presented referencial shows the city region as space of economical and demographic gathering, whose group of interrelations evidences a series of new subjects, as the externalities and the public goods, and relative to the administration processes. The objective of the research was to verify, in the content programmatic of the referred courses, and still of the Geography, the treatment given to the theme regarding the city regions. Starting from a methodological proposal based on the content analysis, the investigation was accomplished, and as result was obtained the evidence that the theme is not receiving, in the Brazilian University, in the analyzed areas, the treatment comparable to the importance that the phenomenon of the city region is presenting, in the whole world and in Brazil.

**Key Words:** city region, externalities, governance, Brazilian University

## 1. INTRODUÇÃO

### 1.1 ORIGEM DO ESTUDO

Este trabalho de pesquisa se originou da percepção da importância de algumas grandes cidades no mundo de hoje, ou diria mesmo do fascínio que essas metrópoles exercem sobre grande parte das pessoas, inclusive sobre este autor.

As cidades converteram-se em palcos de aço, vidro, concreto e asfalto, monumentos arquitetônicos nos quais é encenada a vida do homem moderno, onde em sucessivos atos se constroem a história e a cultura de uma civilização eminentemente urbana.

Mais do que em qualquer outro momento da história, as cidades se configuram como o *habitat* natural do homem, numa escala jamais vista, o que também evidencia uma série de questionamentos e dúvidas antes inexistentes ou irrelevantes, mas que nos dias atuais adquirem grande importância por terem impacto direto na vida de milhões de pessoas.

Um olhar atento sobre as grandes cidades suscita numerosos questionamentos: por que algumas cidades desenvolvem como economias dinâmicas, com indústrias modernas, centros de serviços e de inovação tecnológica, e outras exibem uma economia estagnada e ineficiente? Por que em algumas cidades se percebe um alto grau de organização em sua sociedade, produzindo um ambiente social e culturalmente rico, enquanto em outras o tecido social é frágil e os problemas sociais exacerbados? Por que alguns lugares parecem desenvolver uma espécie de “vocação” para um determinado tipo de atividade econômica, tornando-se referências até mesmo mundiais na atividade, enquanto outros lugares jamais encontram uma identidade e enfrentam perdas econômicas, de investimentos e de empregos. Que fatores influenciam o sucesso ou o declínio de uma grande cidade? Que papéis desempenham as políticas públicas nesses processos, e elas são suficientes para explicar tais fenômenos?

Nesse contexto, o movimento de aglomeração populacional decorrente de uma acelerada urbanização amplia consideravelmente a complexidade das relações humanas no ambiente urbano, criando demandas e expectativas particularmente

quanto à qualidade de vida, o que caracteriza as grandes cidades como verdadeiros laboratórios nos quais se processam as transformações sociais, políticas e econômicas que estão delineando o cenário mundial desde o final do século XX e princípio de século XXI, e que constituem o principal desafio do planejamento e da gestão urbana.

A ebulição do ambiente urbano, contudo, parece exercer uma força no sentido de que as grandes cidades continuem a exercer uma poderosa atração sobre os agentes econômicos, concentrando a atividade, e sobre consideráveis contingentes qualificados e não qualificados de mão-de-obra. Elas incorporam os processos produtivos nos limites de seus territórios, recriando-os a partir de impulsos de transformação social e econômica e de inovação tecnológica, ligados a processos locais ou sob a influência de uma lógica econômica global.

Um simples passeio por uma grande cidade pode ser ilustrativo do processo de reestruturação sofrido pela economia nas últimas décadas e a partir do aprofundamento da globalização. Parece haver uma superposição de estágios econômicos e tecnológicos, com áreas inteiras de galpões obsoletos e decadentes, próximas a outras, repletas de um dinamismo próprio dos centros de serviços e finanças modernos, bem como de novas indústrias, operando sob a ótica de novos paradigmas organizacionais, como a arquitetura de redes e cadeias produtivas, que alcançam escala global, conduzindo as cidades ao epicentro de uma economia contemporânea cada vez mais complexa.

Essa nova dimensão das cidades representa um desafio conceitual ao conhecimento tradicional, particularmente no campo das ciências sociais. A urbanização representa hoje um fenômeno econômico e social sem precedentes na história humana, e mais do que apenas circunscrito ao âmbito local, encontra-se inserido nas engrenagens da globalização, reproduzindo uma lógica cuja compreensão escapa ao alcance das teorias tradicionais, sugerindo abordagens teóricas alternativas.

A principal motivação para a realização deste trabalho está na possibilidade de uma contribuição que se some a outros esforços intelectuais no sentido de superar o desafio que se tornou a gestão das grandes cidades, por meio de uma reflexão, tanto sobre a natureza quanto às propostas de soluções para os seus problemas, sobre o que vem sendo discutido no meio acadêmico no Brasil.

## 1.2 PROBLEMATIZAÇÃO

O acelerado ritmo de urbanização que vem ocorrendo em todo o planeta evidencia a importância das cidades na nova ordem mundial, conferindo-lhes a condição de referências espaciais do fenômeno da globalização. Não se trata, entretanto, de uma referência genérica a qualquer cidade, mas a um tipo específico de cidade cujas características serão objeto deste estudo. De fato, Scott *et al* (2002) identificam um agrupamento entre três e quatro centenas de cidades ao redor do mundo com população superior a um milhão de habitantes, e ainda cerca de 20 delas com populações superiores a 10 milhões. São regiões metropolitanas dominadas por um núcleo central, como Londres ou Cidade do México, ou estruturas policêntricas, como Randstad ou Emilia-Romagna<sup>1</sup>. Essas cidades foram denominadas pelos autores e também por Klink (2001) como sendo cidades-região, caracterizadas, além da população, pelo acúmulo de funções como *nós* espaciais da economia global. Tornaram-se centros da vida moderna e base de muitas das principais formas da atividade produtiva atual, emergindo como um novo e criticamente importante tipo de fenômeno geográfico e institucional.

Outros autores também enfatizaram a importância das grandes cidades na economia globalizada. Sassen (1998) concebe algumas dessas cidades como lugares estratégicos onde se materializam os processos da globalização, pontos de comando e controle da economia mundial, locais de produção pós-industrial e de serviços especializados. As novas tecnologias de informação e de comunicações permitiram dois movimentos distintos envolvendo as cidades: a dispersão das atividades econômicas, com a produção industrial de disseminando por todo o mundo; e simultaneamente uma concentração nas cidades das instituições de serviços financeiros, o que aliado à desregulamentação dos mercados, em curso desde a década de 1970, transformou algumas cidades em poderosos centros financeiros com capacidade para determinar os rumos da economia mundial. Essas grandes praças financeiras, Nova York, Londres e Tóquio, passaram a exercer atração sobre as matrizes das grandes companhias globais, o que por sua vez gerou

---

<sup>1</sup> Randstad é uma região da Holanda e Emiglia-Romagna uma região situada ao norte da Itália. Ambas constituem aglomerações populacionais formadas por um conjunto de várias cidades, sem que haja um núcleo fortemente dominante.

uma demanda por serviços especializados de alcance global, fazendo com que esse segmento adquirisse relevância na economia dessas cidades. Dessa maneira Sassen (1998) descreve como ocorre a integração dos processos globais com a localidade, e o surgimento das cidades globais, fenômeno que também se reproduz em outras partes do mundo em menor escala, constituindo uma espécie de cadeia de comando e controle do processo econômico global, hierarquizada a partir dos principais centros financeiros.

Borja (1996) considera as cidades locais privilegiados para a captação de capitais voláteis provenientes do processo de globalização financeira, por meio de políticas de promoção das cidades fundamentadas no planejamento estratégico e em ações voltadas para o desenvolvimento local. As cidades apontadas pelo autor, cujo principal exemplo é Barcelona, implementaram planos estratégicos responsáveis pela reconfiguração dos poderes locais, articulando atores públicos e privados em um processo participativo de gestão, resultando num processo de renovação urbana.

Sanchez (2003) destaca as semelhanças entre a orientação das políticas urbanas, particularmente na forma como muitas cidades articulam as ações de renovação urbana com a promoção da cidade, o que se dá através de um modelo de planejamento denominado *city marketing*, que visa fortalecer a imagem da cidade nos aspectos relativos à qualidade de vida e atratividade dos investimentos.

Verifica-se então o grau de importância que as cidades estão adquirindo, como palcos privilegiados das transformações econômicas, políticas e sociais que irão moldar a sociedade no século XXI. Fischer (1997) vê a cidade como uma megaorganização, real e virtual, concreta e simbólica, configurando-se como um conjunto complexo de teias organizacionais que se articulam e interagem na forma de redes.

Assim, evidenciada a importância do fenômeno urbano, e delimitado o alcance do objeto de estudo, nas denominadas cidades-região, pode-se perguntar, como Jacobs (2000), “que tipo de problema é a cidade” ? Na opinião da autora, a cidade é um problema de complexidade organizada<sup>2</sup>, apresentando situações nas

---

<sup>2</sup> Jacobs (2000) cita um ensaio sobre ciência e complexidade, de Warren Weaver em 1958, que relaciona três etapas de desenvolvimento na história do pensamento científico: a capacidade de lidar com problemas de simplicidade elementar, envolvendo duas variáveis; a capacidade de lidar com problemas de complexidade desorganizada, com milhões de variáveis e tratamento probabilístico; e a

quais um número finito de variáveis ocorrem simultaneamente e de maneira inter-relacionada. Tomando o território da cidade como limite da observação, verifica-se no seu interior a concorrência de fatores diversos, relacionados a questões políticas, econômicas e sociais.

No âmbito da política, o território da cidade é objeto da ação de múltiplas escalas de poder. Conforme observa Fischer (2002),

As questões de poder revelam-se concretamente no cotidiano das cidades e regiões, onde formas tradicionais de planejamento, como os novos planos diretores, convivem com inovações que admitem a convivência de projetos diferentes ou de redundantes orientações sobre os mesmos espaços e objetos de decisão.

Assim, numa cidade os mesmos espaços podem ser objeto de projetos oriundos de diferentes níveis de poder político ou diferentes fontes de financiamento. Fischer (2002) ainda identifica múltiplas escalas mesmo em projetos de pequeno porte, e aponta o envolvimento dos atores sociais locais com governos de diversos níveis, ou agentes de financiamento locais, nacionais ou internacionais. Acselrad (2002) sustenta que, em razão da globalização, “a reestruturação das geografias da circulação e da acumulação do capital altera as configurações espaciais e as escalas de governo existentes, inaugurando novas e contraditórias formas de produção do espaço”. No contexto apresentado pelo autor, a cidade aparece como expressão do local, que ora representa a assimilação do discurso econômico globalizante, ora a possibilidade de resistência ao discurso dominante através de políticas alternativas de caráter endógeno.

No campo econômico, concorrem forças que inserem a cidade na lógica da economia globalizada, e em contrapartida, iniciativas de desenvolvimento local cuja lógica essencial está na regulação do sistema fundamentada nos princípios da cooperação e da sustentabilidade. Embora com sentidos de orientação diferentes, referidas forças se originam de uma base de organização produtiva que está se sedimentando nas cidades-região, como resultado de economias de aglomeração. A organização da produção econômica cada vez mais assume a forma de arranjos

---

capacidade de lidar com problemas de complexidade organizada, problemas que envolvem uma abordagem simultânea de um número mensurável de fatores inter-relacionados em um todo orgânico.

produtivos locais, distritos industriais ou *clusters*, e se fundamenta no conhecimento e na inovação como principais fontes de dinamismo econômico.

No campo social, as cidades-região, principalmente as regiões metropolitanas, constituem espaços de segregação urbana, onde as diferentes classes sociais convivem num ambiente de proximidade territorial e de distância social. Ribeiro (2004) observa que o modelo de organização espacial das grandes cidades brasileiras exhibe um contraste entre a organização social da elite executiva e uma dispersão dos grupos sociais restantes, aprofundando a segregação espacial.

Retomando o conceito apresentado por Jacobs (2000), e uma vez exemplificado um conjunto de variáveis que concorrem simultaneamente na formulação do problema que é a cidade, principalmente sob o aspecto da gestão, o foco agora se concentra nas inter-relações entre as variáveis. A autora assinala que essas inter-relações não ocorrem de maneira acidental ou irracional, mas que, embora complexas, são organizadas. Como exemplo de seu raciocínio, cita a questão de um parque urbano e seus possíveis usos:

Pense de novo, por exemplo, na questão de um parque urbano. Qualquer fator desse parque, isoladamente, é tão fugidio quanto uma enguia; pode significar várias coisas, dependendo da influência de outros fatores e de sua reação a eles. A intensidade de uso do parque depende em parte do próprio traçado do parque. Mas mesmo essa influência parcial do traçado do parque sobre o uso que se faz dele depende, por sua vez, da presença de pessoas para usá-lo e do momento que o usam, e isto, por sua vez, depende dos usos da cidade à volta do próprio parque. Além disso, a influência desses usos sobre o parque é apenas em parte a questão de como cada um deles afeta o parque independentemente dos outros; é também em parte a questão de como eles afetam o parque conjuntamente, já que certas combinações estimulam o nível de influências deles sobre seus componentes. Por sua vez, esses usos urbanos próximos do parque e suas combinações dependem ainda de outros fatores, como a mistura de idades dos edifícios, o tamanho das quadras nas redondezas, e assim por diante, aí incluída a presença do próprio parque como uso comum e aglutinador nesse contexto (JACOBS, 2000).

Ou seja, as diversas variáveis se relacionam, a ação de uma delas determina um conjunto de efeitos sobre as outras, ou pode ela própria sofrer o efeito

da ação de uma outra variável. Tais conceitos são importantes na compreensão do território da cidade como um espaço utilizado e modificado por uma multiplicidade de atores econômicos, sociais e políticos. A ação de um determinado ator<sup>3</sup> econômico, por exemplo, uma empresa industrial que se instala em uma cidade, não é jamais uma ação isolada, pois tem efeitos diretos sobre um conjunto de outros atores locais, sejam políticos, como o governo municipal que arrecadará mais tributos, sejam atores sociais, como um segmento da população contratado para operar a empresa. Esses relacionamentos são diretos e esperados pelos atores envolvidos.

Entretanto, a ação de um determinado ator no espaço de uma cidade provoca um outro tipo de inter-relação não necessariamente procurada ou esperada, mas que também causa efeitos, que podem ser benéficos ou maléficos, a outros conjuntos de atores. No caso da empresa industrial instalada na cidade, trata-se, como visto, de uma variável cuja ação tem um impacto direto sobre um grupo de atores. Porém, supondo-se que o processo industrial empregado nessa empresa produza resíduos que são lançados no meio ambiente, aos impactos diretos derivados de sua ação deve-se agregar um outro tipo de inter-relação, a contaminação ambiental que afeta negativamente todo um conjunto de atores no seu entorno. Essas espécies de *efeitos colaterais* de uma determinada ação são comumente denominadas *externalidades*, que podem ter caráter positivo ou negativo, ou ainda *economias ou deseconomias externas*.

Dowbor (2006) cita como exemplo de externalidade negativa ou de deseconomia externa o fato de mais de um milhão de pessoas ocuparem áreas de mananciais da Região Metropolitana de São Paulo, poluindo rios e represas da região, enquanto ao mesmo tempo gastam-se grandes somas no bombeamento de água de locais situados a muitos quilômetros de distância. Um conjunto de ações de agentes públicos e privados provoca inter-relações que, no caso, afetam quase a totalidade da população, resultando ainda num gasto público inadequado, o que dará causa a um novo conjunto de externalidades. Segundo Dowbor (2006), “as opções econômicas não são neutras nem inocentes”.

Portanto, as cidades, e no caso específico deste estudo até por sua complexidade, as cidades-região, constituem espaços onde se acumulam

---

<sup>3</sup> O emprego do termo “ator” neste texto pode ser considerado como uma tradução do termo *stakeholder*, empregado na literatura internacional para designar um participante ativo, com interesses no processo do qual faz parte.

externalidades produzidas pelos mais diversos grupos de atores, o que coloca em questão um conjunto de problemas relativamente novos, relacionados à gestão desses territórios.

Conforme visto, as cidades-região se caracterizam como grandes aglomerações populacionais, convivendo num mesmo território segmentos econômicos e sociais conectados ao sistema informacional globalizado, ao lado de contingentes expressivos de uma população pobre e excluída da lógica dos processos globais. Os resultados da geração de riquezas não se distribuem uniformemente, contribuindo decisivamente para um desnível entre a pujança econômica dessas cidades-região e a magnitude de seus problemas, evidenciando a fragilidade dos instrumentos de gestão, incapazes de promover uma situação de relativo equilíbrio.

Assim, sendo a cidade-região um espaço multifacetado econômica e socialmente, sujeito a uma lógica que relaciona o nível local aos níveis nacional e global, e objeto da ação de uma multiplicidade de escalas de poder, o que configura um conjunto de inter-relações que incluem as externalidades, a problemática da gestão desse espaço adquire relevância que a coloca como questão central de pesquisa deste estudo.

As dificuldades de gestão, por sua vez, relacionam-se à pouca compreensão do fenômeno em questão, a cidade-região. De fato, a nova realidade que se apresenta nas grandes cidades e nas regiões metropolitanas sugere um grande desafio teórico. Sob muitos aspectos, as cidades constituem um drama sem embasamento teórico correspondente. Markusen (1996) destaca a existência, na atualidade, de um intenso debate envolvendo governos e sociedade civil, acerca do futuro das cidades e das regiões metropolitanas, mas que esse debate carece de uma elaboração teórica adequada, dificultando a adoção de políticas públicas na área de gestão.

Não se trata, no entanto, de ausência de produção científica, o que vem ocorrendo nas diversas áreas do conhecimento no que se refere à gestão das grandes cidades, mas sim da percepção desse espaço, que aqui se convencionou chamar de cidade-região, como um fenômeno cuja compreensão transcende o domínio das diversas áreas da ciência, convertendo-se num problema cujo tratamento teórico requer uma abordagem multidisciplinar.

Essa necessidade de uma visão abrangente, multidisciplinar, em relação aos problemas da cidade-região, aparece na produção acadêmica da Universidade brasileira? Existe um diálogo entre as diversas disciplinas nas ciências sociais, que contribua para a produção de um arcabouço teórico que dê sustentação a políticas públicas orientadas para a gestão das cidades-região? Essas questões podem ser colocadas na forma do problema de pesquisa do presente trabalho: como o tema da gestão das cidades-região está sendo tratado na Universidade brasileira?

### 1.3 OBJETIVOS

O objetivo principal da pesquisa é verificar como o tema referente à gestão das cidades-região é tratado no campo das ciências sociais aplicadas, na Universidade brasileira, e pode contribuir para a gestão das cidades-região. Conforme verificado, a complexidade dessas aglomerações está suscitando uma série de novas questões, problemas cotidianos para a população dessas cidades e desafios para os gestores, mas também questões teóricas relevantes cuja compreensão requer pesquisa e esforço intelectual.

O objetivo principal pode ser dividido nos seguintes objetivos específicos:

- a) descrever a visão emergente do pensamento no campo das ciências sociais, especificamente nas disciplinas de Administração, Economia, Planejamento Urbano e Regional e Geografia, acerca do papel das cidades e regiões;
- b) descrever a evolução histórica e conceitual do fenômeno das cidades-região, abordando suas dimensões econômica e social;
- c) evidenciar as principais questões envolvendo as cidades-região que podem ser caracterizadas como problemas para os quais há necessidade de novas formas de gestão, nos aspectos econômicos, principalmente com relação à produção de bens públicos e externalidades, e nos aspectos políticos e sociais, envolvendo as questões relacionadas à governança e às relações entre os atores públicos e privados;
- d) comparar o quadro referencial construído com o conteúdo programático e a produção da pós-graduação *stricto sensu* da Universidade brasileira, de forma a verificar se e como o fenômeno da cidade-região encontra espaço no *mainstream* do

pensamento que prevalece hoje no meio acadêmico, e se a natureza de seus problemas é tomada como referencial importante na formulação de estratégias para a gestão de referidas cidades.

#### 1.4 JUSTIFICATIVA DO ESTUDO

O presente estudo se justifica por verificar, no meio acadêmico brasileiro, o alcance de uma discussão que pode representar uma possibilidade de encaminhamento de soluções para os problemas das grandes cidades brasileiras e para o desafio do crescimento econômico sustentado.

De fato, as regiões metropolitanas e demais cidades-região concentram praticamente dois terços da população brasileira, o que indica que as estratégias para o desenvolvimento do país devem passar necessariamente pela superação do desafio da gestão desses espaços e da resolução dos problemas urbanos, que se caracterizam principalmente por serem problemas sociais.

Neste cenário, a visão das cidades-região como espaços políticos e econômicos dotados de dinamismo, capacidade empreendedora e mecanismos de regulação econômica e social, permite supor a possibilidade de um equilíbrio entre as questões relativas ao desenvolvimento econômico, às possibilidades de inserção no mundo globalizado e aquelas que dizem respeito à qualidade de vida para toda a sociedade.

A compreensão dos desafios impostos pela complexidade das cidades-região aos instrumentos de gestão hoje existentes também permite ampliar o debate sobre esse assunto e indicar rumos para a formulação de políticas públicas e para a cooperação entre poderes públicos, agentes econômicos e sociedade na superação de tais desafios.

O estudo também se revela importante para o IMES<sup>4</sup> enquanto instituição por excelência voltada para o desenvolvimento da Regionalidade. Um estudo que compreenda como a questão da gestão das cidades-região vem ocorrendo no meio acadêmico brasileiro pode indicar caminhos para a cooperação acadêmica em áreas

---

<sup>4</sup> IMES é a sigla referente à Universidade Municipal de São Caetano do Sul.

como a formação, fomento e acompanhamento de APL, Arranjos Produtivos Locais e de instituições para o desenvolvimento da Regionalidade, permitindo a produção de estudos na área da gestão, que sejam úteis como instrumentos para o desenvolvimento equilibrado e sustentável do país.

## 1.5 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO

Um dos elementos principais da argumentação de Jacobs (2000) acerca dos problemas urbanos, conforme visto, é que a cidade constitui um problema de complexidade organizada, sujeita à interveniência de um número finito porém extenso de variáveis. Sob esse aspecto, a gestão de uma cidade-região exige o tratamento de questões que fazem parte de um universo de inter-relações ainda pouco compreendidas, o que supõe, por sua vez, um vasto campo para elaboração teórica.

A preocupação da sociedade e dos poderes públicos com os problemas que afligem as grandes cidades, principalmente no Brasil, enseja a produção de estudos nas mais diversas áreas. Assim, instituições públicas e privadas de pesquisa, governos, organizações não governamentais, e a Universidade, estão se dedicando a investigar a natureza e as causas dos problemas das grandes cidades, e a oferecer subsídios para o correto equacionamento e conseqüente encaminhamento de soluções para a questão urbana.

Na impossibilidade de abranger um campo de pesquisa tão vasto, optou-se, no presente trabalho, por um recorte que limita a pesquisa ao conhecimento produzido no âmbito da Universidade brasileira. Primeiramente porque a Universidade é um ator relevante na articulação entre os atores regionais em inúmeros casos de sucesso na articulação de processos de desenvolvimento regional.

Tendo como objeto de estudo a gestão das cidades-região, conforme definido na problematização, o trabalho foi realizado a partir de um segundo recorte, limitando a abordagem ao campo das ciências sociais, particularmente à ciências sociais aplicadas. Tendo em vista a questão da gestão, o foco foi colocado nas disciplinas de Administração, Economia, Planejamento Urbano e Regional e

Geografia. O trabalho também está limitado à produção acadêmica nas áreas de pós-graduação *stricto sensu*.

O estudo também abrangeu áreas de concentração e linhas de pesquisa que atualmente possuem produção relativa ao objeto do estudo, identificando as instituições com atuação relevante no tema.

## 1.6 VINCULAÇÃO À LINHA DE PESQUISA

A problemática central do presente trabalho está relacionada à gestão das cidades-região. Referidas cidades foram conceituadas como aglomerações populacionais da ordem de um milhão de habitantes para mais, e conectadas aos processos econômicos e sociais globais (KLINK, 2001). Uma vez sujeitas à lógica da economia globalizada, essas cidades se tornaram espaços nos quais uma série de fenômenos sociais, políticos e econômicos começaram a ser observados, dentro do paradoxo apontado por autores como Borja e Castells (1996), de que o aprofundamento do processo de globalização tem como contrapartida o ressurgimento da importância do local, espaço e território das cidades incorporadas às redes globais. Questões como o desenvolvimento local, competitividade da atividade econômica regional em nível mundial, tratamento de segmentos econômicos e sociais excluídos do processo, são temas que passaram a dominar o discurso acadêmico e também de lideranças políticas e empresariais no âmbito local.

Uma vez que referidos processos objetivam criar identidade e capacidade de escolha pelos atores regionais, dos caminhos a serem trilhados rumo ao desenvolvimento, sustentabilidade e competitividade global, o processo de gestão de uma cidade-região será tanto mais bem sucedido quanto maior for a percepção de Regionalidade por parte dos atores intervenientes no processo, definida como “uma espécie de consciência coletiva que une os habitantes de uma determinada região em torno de sua cultura, sentimentos e problemas, tornando possível um esforço solidário pelo seu desenvolvimento” (GIL, GARCIA e KLINK, 2003).

As características do trabalho, portanto, permitem vinculá-lo à linha de pesquisa de Gestão para o Desenvolvimento da Regionalidade.

## 1.7. ESTRUTURA DO TRABALHO

O trabalho se inicia com a presente Introdução, que expõe as origens e motivações para a realização do estudo, bem como conduz uma discussão crítica que leva à formulação do problema de pesquisa e ao estabelecimento dos objetivos a serem alcançados. A pesquisa terá como objeto principal a cidade-região, um fenômeno emergente no mundo globalizado, a partir da análise de como esse fenômeno é tratado pela produção acadêmica na Universidade brasileira.

No segundo capítulo, procura-se constituir um marco teórico apropriado aos objetivos deste trabalho. São apresentadas as contribuições teóricas fundamentais para conduzir a reflexão, com interpretação própria. A contribuição possível consiste na compreensão do fenômeno da emergência das cidades-região numa perspectiva da relação entre o global e o local, com ênfase na questão da apropriação do espaço como meio de fortalecimento das estratégias de inserção na economia globalizada.

Também no capítulo 2 são analisados os processos econômicos e sociais que diferenciam as cidades-região no palco competitivo da economia global. A ênfase recai na visão da cidade como uma unidade de acumulação econômica, em cujo processo a produção de externalidades e de bens públicos levanta uma série de questões relacionadas à gestão dessas cidades. Desenvolvimento econômico, sustentabilidade, qualidade de vida e participação democrática estão entre os principais desafios na gestão das cidades-região.

O capítulo 3 apresenta a estratégia metodológica empregada para que a pesquisa possa cumprir os seus objetivos.

No capítulo 4 é apresentada a análise e a discussão dos resultados da pesquisa, comparando os dados obtidos com o quadro referencial teórico elaborado no capítulo 2.

Finalmente, o capítulo 5 apresenta as considerações finais do estudo, o levantamento de hipóteses e sugestões para a continuidade do processo de pesquisa.

## 2. REFERENCIAL CONCEITUAL

A revisão da literatura tem como principal função proporcionar a contextualização do problema de pesquisa, o que no presente trabalho compreende uma análise crítica do atual estado do conhecimento no que se refere às cidades-região, com o objetivo de elaborar um quadro de referência teórico que possa ser comparado ao que se produz na área acadêmica, notadamente visando evidenciar as questões envolvidas na gestão desses espaços urbanos.

O referencial conceitual está organizado de modo que se possa compreender a cidade-região em seus aspectos econômicos, organizacionais, políticos e sociais. Embora distintos por uma questão de forma de apresentação, os conceitos se inter-relacionam, constituindo uma abordagem multidisciplinar.

### 2.1 A ASCENSÃO E O PROTAGONISMO DAS CIDADES

O fenômeno do protagonismo urbano verificado no final do século XX é consequência da conjugação de uma série de fatores históricos e econômicos que, principalmente a partir da década de 1970, promoveram uma ruptura no ambiente macroeconômico em nível mundial. Dentre esses fatores destacam-se o processo de desregulamentação financeira, a crise do petróleo e o acelerado ritmo da inovação tecnológica nos campos da informática e das telecomunicações. (KLINK, 2001).

A matriz energética do modelo industrial então vigente foi abalada pela crise no fornecimento de seu insumo chave, o petróleo; por outro lado, a tecnologia possibilitou o surgimento de um novo modelo de organização industrial, baseado na especialização e na produção flexível.

Essas mudanças causaram impactos nas grandes cidades, que estavam crescendo em razão de um acelerado processo de urbanização em curso desde a década de 1950. De fato, no modelo industrial baseado na produção fordista<sup>5</sup>, as

---

<sup>5</sup> O modo de produção fordista se caracterizava pela grande escala, tanto em aportes de capital como em plantas e processos industriais de produção em massa, e consumo de energia. O modelo que

indústrias se caracterizavam pela produção em escala, grandes contingentes de trabalhadores e grande consumo energético. O crescimento das cidades proporcionava excelentes condições para a escalada, tanto da produção como dos mercados consumidores. A crise do petróleo desencadeou um processo de reestruturação produtiva (LLORENS, 2001), com uma reconfiguração da organização industrial sobre novos e mais eficientes processos de produção, com redução no consumo de energia e no volume de mão-de-obra, fato que, somado a uma maior exposição das economias nacionais a um ambiente de concorrência, fruto da nascente globalização, produziu nas grandes cidades industriais efeitos devastadores em termos econômicos e sociais, como o fechamento de muitas plantas industriais e conseqüente elevação no desemprego.

Um outro movimento que também influenciou essa situação de crise nas cidades foi a desregulamentação financeira, com o fim da conversibilidade do dólar, no início da década de 1970, o que possibilitou a ampliação dos mercados financeiros internacionais e uma intensa movimentação de capitais pelo mundo, o que culminaria no atual estágio da globalização financeira. A livre circulação de capital, tecnologia e informação através das fronteiras nacionais levou a instituição do Estado-nação, então executor das políticas macroeconômicas e de desenvolvimento, a uma relativa perda de sua capacidade de gestão e regulação. (LLORENS, 2001).

Um dos argumentos que compõem o arcabouço teórico que busca explicar a ascensão das economias regionais e o protagonismo das cidades-região é a questão do declínio do Estado-nação. Trata-se de uma discussão cuja profundidade exige um tratamento que não será abordado no escopo deste trabalho. Entretanto, a contribuição de alguns autores possibilita delinear um quadro que forneça a dimensão adequada do problema.

Llorens (2001) argumenta que os Estados-nação já não podem ser considerados o único sustentáculo dos sistemas econômicos. A mobilidade de recursos financeiros, informações, produtos e tecnologias, bem como a padronização de preferências de consumo, constituem forças econômicas que agem no sentido de questionar a eficácia do Estado-nação para gerenciar uma realidade cada vez mais complexa e sujeita à lógica da globalização. Já Ohmae (1996) expõe

---

surge na década de 1970, de especialização flexível, se mostrou mais adaptado a tempos de crise e incerteza que marcaram a economia mundial após aqueles anos.

um quadro no qual o Estado-nação se torna incapaz de realizar o gerenciamento macroeconômico, de proteger sua moeda e controlar sua taxa de câmbio. Considera que os Estados-nação perderam a capacidade de agir como participantes fundamentais na economia global.

Ambos os autores concordam que a razão principal da perda de poder pelos Estados-nação está no fato de que, diante da nova ordem econômica global, eles se tornaram incapazes de realizar suas escolhas econômicas, deixando de ser sujeitos, ao contrário, sujeitando-se a escolhas que são feitas, ou no nível estratégico das empresas transnacionais ou no nível de entidades de integração supranacionais. Assim, ao longo das últimas décadas, a ascensão das cidades e regiões seria, segundo Llorens (2001), um impulso de caráter endógeno e uma alternativa ao esvaziamento das funções do Estado-nação, pelo entendimento de que o gerenciamento no nível regional teria uma capacidade de resposta mais rápida e mais próxima das expectativas, tanto das empresas quanto da sociedade. Ou ainda, segundo Ohmae (1996), porque o papel do Estado-nação estaria esgotado no atual estágio da economia e da história, sendo superado por uma nova forma de organização a partir das regiões.

Porém, o Estado-nação não pode ser desconsiderado como ator relevante na economia mundial. Klink (2001) também aponta uma relativa perda de capacidade de regulação, em detrimento dos níveis supra e subnacionais, como consequência de um processo de ruptura, conforme já abordado. Essa perda de capacidade de regulação, no entanto, não impede que o Estado-nação detenha ainda grande parte do poder econômico, como demonstraram Hirst e Thompson (1998) ao identificar no percentual de participação nos gastos públicos relativamente ao PIB, nos países mais desenvolvidos, uma evidência da importância e do peso econômico dos Estados-nação. Também é necessário verificar que o Estado-nação possui políticas públicas voltadas para o desenvolvimento regional, e que em muitas cidades-região, o Estado-nação é um dos atores envolvidos no processo de governança e fomento regional por meio de instituições de pesquisa e apoio, ou bancos de desenvolvimento.

O que ocorreu de novo no cenário internacional a partir da década de 1970 é que, diante da limitação imposta por uma nova ordem econômica mundial, a instituição Estado-nação reduziu sua atuação na formulação de políticas econômicas, pelos motivos já apresentados, mas também nas políticas sociais, por

meio da descentralização de atribuições para os níveis subnacionais, regional e municipal. Esse movimento ocorreu paralelamente ao processo de reestruturação produtiva, com elevado custo social medido pelo desemprego, ou seja, um momento em que as demandas sociais encontravam-se acirradas. Acrescente-se a essa questão o fato de que a urbanização se acelerou no mundo todo, mais acentuadamente nos países em desenvolvimento, e o resultado é um grave *déficit* nas políticas sociais.

Nessa perspectiva, o surgimento de uma postura empresarial na gestão das cidades (HARVEY, 1989), e o protagonismo econômico e político podem ser considerados, de outra forma, como um movimento de sobrevivência política e preenchimento dos espaços de decisão deixados vagos por uma nova postura no âmbito do Estado-nação, um movimento do pêndulo da política no sentido de obter o reequilíbrio de uma ordem social e econômica perigosamente desestruturadas por um movimento de ruptura histórica.

A transferência de responsabilidades na gestão das políticas públicas como saúde, educação e geração de empregos e renda elevou os encargos das administrações das cidades e regiões, exigindo uma nova postura em termos de gestão, o que significou a busca de novas fontes de financiamento além da representada apenas pelos orçamentos públicos.

As cidades foram então compelidas a assumir o desafio do desenvolvimento econômico e social num momento de ruptura e de recessão, pressionadas pelas demandas sociais reivindicadas por um contingente populacional crescente, nos assuntos referentes à geração de oportunidades de empregos, às políticas sociais e assistenciais, às questões relativas ao meio ambiente e à qualidade de vida dos cidadãos.

Levadas pelas circunstâncias, as cidades se tornaram novos atores no cenário econômico, e passaram a competir por recursos e investimentos, entre si e com os próprios Estados-nação. Nesse contexto, e em face de um processo de globalização cada vez mais acentuado, as cidades estão protagonizando transformações sócio-econômicas que permitem o enfrentamento da problemática social e a adoção de políticas com o objetivo de superação dos problemas econômicos, segundo um novo padrão de desenvolvimento.

## 2.2 O CONCEITO DE CIDADE-REGIÃO

O conceito de cidade-região emerge de um contexto mais amplo no qual se discute a função do espaço no processo de globalização. A intensidade dos fluxos de comércio, de capitais e de informação sugere um mundo em que o sentido de território e de lugar se perdem como referências espaciais. Entretanto, a realidade tem demonstrado que o avanço da globalização, ao contrário, põe em evidência a questão do espaço.

Castells (1999) defende a teoria segunda a qual a sociedade, no final do século XX, se organiza na forma de uma rede, mais precisamente desde a década de 1970, quando teve início a acelerada difusão das tecnologias de informática e de telecomunicações. A revolução das tecnologias de informação proporciona ao mundo capitalista a passagem de um modo de desenvolvimento baseado no industrialismo para um novo modelo, baseado o que o autor denomina *informacionalismo*. Entretanto, a informação como matéria prima do desenvolvimento econômico não se distribui uniformemente pelo planeta, ao contrário concentra-se nos segmentos detentores de poder econômico e tecnológico localizados em várias partes do mundo, que se conectam e se comunicam, propiciando uma arquitetura de rede na qual os “pontos brilhantes” se interligam, deixando à margem vastas regiões de “sombra” pelo mundo afora<sup>6</sup>. Assim, a sociedade em rede proposta por Castells (1999) assume uma nova forma espacial, característica das práticas sociais que a dominam e moldam: o espaço de fluxos.

O espaço de fluxos é a organização material das práticas sociais de tempo compartilhado que funcionam por meio de fluxos. Por fluxos, entendo as seqüências intencionais, repetitivas e programáveis de intercâmbio e interação entre posições fisicamente desarticuladas, mantidas por atores sociais nas estruturas econômica, política e simbólica da sociedade. (CASTELLS, 1999)

Embora o espaço de fluxos esteja localizado em uma estrutura lógica baseada em rede eletrônica, essa rede possui conexões em lugares específicos,

---

<sup>6</sup> Castells (1999) afirma que os setores da sociedade não conectados às redes informacionais tendem a se tornar cada vez mais irrelevantes para a economia globalizada.

dotados de características funcionais bem definidas e infra-estrutura adequada. São o que Castells (1999) denomina *nós* ou *centros* da rede, isto é, a localização de funções estrategicamente importantes que constroem uma série de atividades e organizações locais em torno de uma função chave na rede. Referidos *nós* estão localizados em determinadas cidades, e as conectam a toda a rede, segundo uma hierarquia que se forma em razão do peso relativo de cada cidade na rede. Dessa forma, as cidades se materializam como os locais de produção da economia global.

Na mesma linha de pensamento, o conceito de cidades como pontos de comando altamente concentrados na organização da economia mundial é a questão central da argumentação de Sassen (1998) sobre a formação de uma rede de cidades globais, que se caracterizam como localizações chave para as empresas financeiras e de serviços especializados, como locais de produção e de inovações nessas áreas, e como mercados para os produtos e inovações produzidas. No quadro 1 estão hierarquizadas as principais cidades globais.

Cidades Globais (por funções globais)			
Primeira divisão	Segunda divisão	Terceira divisão	Quarta divisão
New York Londres Tóquio Paris Frankfurt	Chicago Hong Kong Los Angeles Milão Cingapura	San Francisco Sidney Toronto Zurique Bruxelas Madri Cidade do México São Paulo Moscou Seul	Amsterdã Boston Caracas Dallas Dusseldorf Genebra Houston Jacarta Johannesburgo Melbourne Osaka Praga Santiago Taipei Washington Bangkok Pequim Roma Estocolmo Varsóvia Atlanta Barcelona Berlim Buenos Aires Budapeste Copenhague Hamburgo Istambul Kuala Lumpur Manila Miami Minneapolis Montreal Munique Shangai

QUADRO 1 – Hierarquia das cidades globais

Fonte: Globalization and World Cities, Loughborough University, UK, 2002

Já Scott *et al* (2001) procuram compreender o significado da cidade-região em termos econômicos, políticos e territoriais, mostrando como as cidades-região estão acumulando funções como *nós* espaciais da economia global. Para esses autores, a cidade-região constitui uma nova forma de organização econômica e social capaz de oferecer respostas aos desafios impostos pela globalização, bem como sujeita a novos problemas decorrentes da escala da aglomeração de população e das atividades produtivas. Essa nova organização consiste de uma hierarquia de interpenetração entre escalas territoriais da atividade econômica e relações de governança, estendendo-se do global ao local, e na emergência de um sistema de cidades-região globais. Também Scott *et al* (2001) conduzem sua elaboração teórica à formação de uma rede, porém concentram-se na observação e análise dos processos econômicos, políticos e sociais que ocorrem nos limites do território da cidade-região, como diferenciais de competitividade de natureza endógena, introduzindo novos componentes na relação entre global e local. Retomando os conceitos de sociedade informacional e do espaço de fluxos, verifica-se que os pontos nodais da rede proposta por Castells (1999) não se definem aleatoriamente, mas obedecem a uma tendência segundo a qual determinadas cidades-região são incorporadas à rede por reunirem condições de atratividade de capitais e de informações e conhecimento, mas sobretudo por apresentarem uma estrutura econômica e social que ofereça segurança a capitais com elevado grau de volatilidade.

Uma outra visão das cidades-região como atores centrais do processo de globalização é apresentada por Ohmae (1995). Para este autor, a globalização se tornou um instrumento muito eficaz para a promoção do desenvolvimento e da prosperidade sobre uma base regional, reformulando os mercados locais.

Também partindo da idéia de fluxos de informações e de capitais, transcendendo as fronteiras nacionais em busca de melhores oportunidades, Ohmae (1995) praticamente decreta o fim do Estado-nação como entidade reguladora da sociedade e da economia mundial. Os novos atores relevantes para a economia global, na sua proposição, são unidades geográficas mais focalizadas, como cidades ou regiões, que podem estar dentro das fronteiras de um Estado-nação ou mesmo ultrapassá-las. Referidas unidades são denominadas pelo autor como Estados-regiões, e sobre sua escala, argumenta:

O que define essas unidades não é a localização de suas fronteiras políticas, mas o fato de terem o tamanho e a escala corretas para serem as verdadeiras unidades de negócio da economia global de hoje em dia. Essas são as fronteiras – e as conexões – que importam num mundo sem fronteiras. (OHMAE, 1995)

Embora se refira a uma escala correta para a definição de um Estado-região, o autor não estabelece um parâmetro rígido. Assim, cita como exemplos de Estados-região tanto as populosas cidades do litoral da China, alcançando aglomerações de até 25 milhões de habitantes, quanto Cingapura, uma cidade-estado com apenas 2,5 milhões de habitantes. De uma forma geral, situa os Estados-região numa faixa de população entre 10 e 25 milhões de habitantes, considerando como um elemento central para a sua caracterização o grau de inserção na economia globalizada.

Em uma obra mais recente, entretanto, Ohmae (2005) é ainda mais flexível na definição do tamanho de um Estado-região, chegando a uma escala que vai de 500 mil a 1 milhão de habitantes, no mínimo, até o que ele próprio denomina um teto que “parece ser em torno de 10 milhões, embora Shutoken, ao redor de Tóquio, tenha 30 milhões – mas ainda é uma comunidade natural, graças às suas excelentes linhas de trens”. (OHMAE, 2005)

Dessa forma, a definição de Estado-região se aproxima bastante do conceito defendido por Scott *et al* (2001). Principalmente porque Ohmae (2005) também analisa as regiões do ponto de vista de seus processos econômicos, como a organização econômica em torno de *clusters* de produção incorporada às cadeias globais, chegando a contabilizar um grande número do que denomina *microrregiões*, por vezes uma única cidade, dentro dos processos e da lógica econômica global.

O tratamento teórico dispensado às cidades-região permite identificar semelhanças e distinções nas análises empreendidas pelos autores citados. Há uma concordância generalizada quanto à questão do mundo organizado na forma de uma rede, onde as cidades atuam como pontos de conexão dos fluxos globais de informações, capitais, mercadorias e até mesmo de pessoas. Entretanto, no que se refere à questão específica das cidades, parece haver algumas diferenças de enfoque.

O conceito de cidade global proposto por Sassen (1998) tem como principal característica a concentração do poder financeiro e de decisão nas matrizes

das grandes corporações transnacionais, ensejando a formação de um poderoso segmento de serviços especializados. As principais cidades globais, seriam então, na visão de Sassen (1998), principalmente as grandes metrópoles *tradicionais*, como Nova York, Londres e Tóquio, seguidas por uma hierarquia de cidades que, de uma maneira geral, são as grandes metrópoles em seus respectivos países, respeitadas algumas exceções. Ohmae (1995), porém, não inclui as metrópoles *tradicionais* entre os Estados-região emergentes no mundo, alegando que essas cidades seriam “reféns” do poder central representado pelo Estado-nação, não apresentando a dinâmica necessária para uma inserção competitiva na economia globalizada. No entanto, diante de um dos principais componentes que caracterizam a competitividade das cidades-região, a produção de inovações, Castells (1999) afirma que o modelo de desenvolvimento não necessita seguir o padrão de regiões dinâmicas como o Vale do Silício, na Califórnia. A esse respeito, o autor afirma que:

Nossa descoberta mais surpreendente é que as maiores áreas metropolitanas antigas do mundo industrializado são os principais centros de inovação e produção de tecnologia da informação, fora dos EUA. Na Europa, Paris-Sud constitui a maior concentração de produção de alta tecnologia e pesquisa, e o corredor M4 de Londres ainda é a localidade mais preeminente em eletrônica da Grã-Bretanha, em continuidade histórica com as fábricas de materiais bélicos a serviço da Coroa desde o século XIX. É claro que a conquista da superioridade de Munique sobre Berlim deveu-se à derrota alemã na Segunda Guerra Mundial, com a Siemens mudando-se deliberadamente de Berlim para a Bavária, antecipando a ocupação americana daquela área. Tóquio-Yokohama continua a ser o centro do setor japonês de tecnologia da informação, apesar da descentralização de filiais operadas no programa Technopolis.(...) Pode-se dizer a mesma coisa da Cidade do México, no México, de São Paulo-Campinas, no Brasil, e de Buenos Aires, na Argentina. (CASTELLS, 1999)

Parece não ser conveniente definir padrões, pois cada caso é único e suscetível a uma miríade de diferenças econômicas e culturais. A importância de cada cidade-região dentro da rede global pode ser analisada a partir da observação de um conjunto de tendências que, submetido à lógica interna dos processos econômicos e culturais locais, produz um resultado que, surpreendentemente, acentua as semelhanças entre as diversas cidades, com a globalização estabelecendo uma certa homogeneidade ao conjunto.

Finalizando a análise, verifica-se que o tratamento teórico dado à cidade-região permite conceituá-la como sendo um espaço que pode conter uma ou mais cidades, contabilizando população de aproximadamente 1 milhão de habitantes para mais, configurando áreas metropolitanas, inseridas na dinâmica da economia e da sociedade globalizadas. O diferencial com relação ao conceito de cidade-região está, segundo a literatura acadêmica pesquisada, na “forma” como os processos econômicos, sociais e políticos se organizam no interior de seu território. De uma maneira mais simples, existem nas condições inicialmente descritas cidades que são apenas cidades, e cidades que se caracterizam como regiões.

Esta afirmação pode supor a necessidade de avançar teoricamente na descrição de região, mas para a finalidade deste trabalho, em que a visualização geográfica do conceito é um tanto evidente quando se pensa em uma cidade, um atributo que caracteriza a região e é percebido por autores da Geografia moderna, é a percepção de identificação. Uma região é identificada por uma série de atributos que a caracterizam, ou por uma outra série de atributos que os habitantes daquele espaço tomaram como importantes para defini-lo como tal, e que os torne diferenciados em relação a outros espaços, ocupados por outras populações. Essas características diferenciadoras podem ser relativas a aspectos econômicos, sociais ou culturais presentes no interior da região.

Assim, a condição que define uma cidade-região está na percepção de suas características diferenciadoras, que são potencializadas pela ação coletiva dos atores regionais para a formação de vantagens competitivas exclusivas da região, que permitam à sua produção ser identificada pela origem e diferenciada no mercado global.

Ou seja, existe uma ação deliberada e coordenada no âmbito regional, focada no desenvolvimento e na inserção da região na economia global, conforme visto, ações de planejamento e revitalização urbana, a transformação dos espaços urbanos em ativos comercializáveis nos mercados de investimentos globais, a reorganização econômica em torno das aglomerações de empresas, tudo isso tornado atraente ao mercado com ações de *city marketing* e da promoção da cidade sob uma aura de simbolismo, unindo desenvolvimento e qualidade de vida e do meio ambiente.

### 2.3 A ESTRUTURA ECONÔMICA DA CIDADE-REGIÃO

A descrição do desenho econômico de uma cidade-região requer inicialmente alguma elaboração teórica. O fato de as cidades-região constituírem grandes aglomerações de população e de produção econômica coloca em discussão a forma como os relacionamentos ocorrem sob uma situação de proximidade entre os atores econômicos e sociais.

Há muitas décadas, desde o trabalho de Marshall (1981), são conhecidos os conceitos de vantagens decorrentes da localização e da aglomeração de certos tipos de indústrias, como a existência de um *pool* de trabalhadores especializados, a proximidade de fornecedores de insumos e de potenciais clientes, bem como um clima propício ao aprendizado coletivo e à difusão de inovações (KRUGMAN, 1995).

Essas vantagens, que ocorrem naturalmente em consequência da aglomeração, correspondem ao que Nadvi e Schmitz (1996) denominaram “vantagens passivas” de localização. Em contrapartida, uma “vantagem ativa” seria aquela resultante da ação deliberada de um determinado ator econômico dentro da aglomeração, que modifica um conjunto de relacionamentos e resulta em maior competitividade para o todo. Meyer-Stamer (2001) exemplifica como vantagem ativa decorrente da ação de um ator local a implementação de uma instituição de pesquisa, ou de ensino técnico. Em consequência de uma iniciativa como essa se obtém uma vantagem de localização, que oferece às empresas locais um atributo de competitividade que dificilmente pode ser reproduzido em outro local.

No contexto atual, a proximidade adquire relevância ainda maior na formação de vantagens ativas que tornem mais competitivas as aglomerações de empresas em muitos segmentos da economia. Meyer-Stamer (2001) relaciona algumas razões:

- a) a proximidade contribui para uma diminuição nos custos de transação;
- b) a globalização introduz elevado grau de incerteza nas operações, e a participação em uma cadeia produtiva permite às empresas a diluição desse risco;
- c) os relacionamentos decorrentes da proximidade produzem um ambiente favorável à troca de informações e ao aprendizado;

d) a possibilidade de absorção de novas tecnologias é fator importante para a inovação e a criação de novos produtos;

e) a possibilidade de que as empresas se estabeleçam em determinados nichos de mercado, permitindo a especialização da produção.

Um outro ponto importante a ser considerado na análise das aglomerações de empresas é o modo de produção. A operação em rede permite a organização de um sistema de produção baseado na especialização flexível, que segundo Gurisatti (2002) apresenta as seguintes vantagens:

a) é um modelo mais adequado aos tempos da globalização, em que predomina a abertura e a imprevisibilidade dos mercados;

b) permite uma maior participação e decisão pelos empresários em diversos níveis, promovendo um ritmo mais intenso de inovações, riscos menores, além de rapidez e menores custos de reestruturação da cadeia em função de mudanças abruptas de mercado;

c) as empresas não necessitam de grandes volumes de capital para participar da cadeia, e obtêm lucros resultantes de sua participação no conjunto das atividades da cadeia, aos quais provavelmente não teriam acesso em uma operação individual;

Há ainda um aspecto importante a ser considerado na experiência das aglomerações de empresas, o fato de que, via de regra, não constituem sistemas fechados em si mesmos, mas sistemas abertos, o que estabelece uma relação produtiva que envolve o entorno territorial e a participação no processo econômico de outros atores regionais, públicos ou privados.

As aglomerações, segundo Llorens (2001), tendem a atrair para o seu entorno um conjunto de atividades relacionadas, principalmente as voltadas à produção de conhecimento que reverta em produtividade e competitividade para a aglomeração como um todo. Isso envolve a participação de Universidades, a implementação de centros de pesquisa e de escolas técnicas, ou seja, a manutenção das vantagens competitivas pela aglomeração depende muito da qualidade dos relacionamentos que mantém com os seu entorno. E o entorno inovador, nas palavras de Llorens (2001), é um fator crucial para a sustentabilidade do processo de desenvolvimento local.

Portanto, em sua dimensão econômica, uma cidade-região típica exibe um setor industrial com forte tendência à aglomeração e organizado em um sistema de produção denominado pós-fordista, ou de especialização flexível. A aglomeração como forma de organização econômica, no entanto, não se restringe ao setor industrial. A forma como Sassen (1998) descreve o segmento de serviços em uma cidade global, prevalecendo a concentração de atividades, um alto grau de relacionamentos e a disseminação de conhecimento, se assemelha em muito à formação das aglomerações industriais. Também no comércio é possível verificar, nas grandes cidades, a formação de aglomerações de venda de determinadas mercadorias, geralmente ruas que concentram um setor específico de comércio.

O fato de as cidades-região se organizarem na forma de economias de aglomeração ocorre, além das vantagens já descritas, devido a uma outra característica das aglomerações, a produção de externalidades positivas, decorrentes do grau de relacionamento e das interações entre as empresas componentes do aglomerado (SCOTT,1998).

Porém, assim como são produzidas externalidades no interior da aglomeração, com impactos positivos para os seus componentes, a consideração do aglomerado como um todo permite supor que, no conjunto de suas atividades, também haja a produção de externalidades relativamente ao entorno, ou seja, à cidade à sua volta.

Em termos econômicos, faria sentido pensar a cidade-região como um sistema formado por diversas economias de aglomeração, produzindo externalidades umas relativamente às outras, o que em termos de gestão significa um desafio, a obtenção do melhor resultado possível para o sistema.

A realidade das últimas décadas demonstrou que as cidades que conseguiram obter os melhores indicadores de desempenho nesse novo desenho econômico, tornaram-se destinos preferenciais dos fluxos econômico-financeiros e informacionais dentro do processo de globalização, reforçando suas posições como pontos nodais da arquitetura em rede na forma proposta por Castells(1999). O posicionamento de uma cidade-região dentro da economia de fluxos é proporcional à influência que ela exerce sobre o entorno territorial, como um ponto de convergência e atração de investimentos.

## 2.4 A CIDADE-REGIÃO COMO UMA UNIDADE DE ACUMULAÇÃO ECONÔMICA

A elaboração de um quadro teórico que possibilite a análise da cidade-região como um espaço de acumulação econômica pressupõe a visão da cidade de um ponto de vista organizacional. Uma empresa constitui uma unidade de acumulação, na qual uma equipe de gestores dispõe de um conjunto de técnicas que assegurem a plena utilização dos recursos disponíveis, objetivando a maximização do retorno sobre o capital investido. A comparação entre a cidade-região e uma empresa visa mostrar que, embora bastante distinta quanto a seus objetivos, a cidade, tanto quanto a empresa, deve gerir seus recursos e atividades com racionalidade.

Dowbor (2006) propõe pensar a cidade como um espaço de acumulação. Do ponto de vista organizacional, a cidade pode ser vista como o espaço de processos cuja articulação e integração determinarão um patamar de produtividade sistêmica, ou produtividade social, que pode ser definida como sendo a utilização combinada de seus fatores de produção. Não se trata, no entanto, de uma medida de desempenho equivalente ao PIB, mas sim um resultado que deve considerar os efeitos positivos e negativos correlatos à execução de cada atividade sobre o conjunto da sociedade, e que neste trabalho denominou-se externalidade. A cidade-região, por constituir uma economia de aglomeração, é um espaço propício à produção de externalidades, dada a proximidade e interatividade dos atores econômicos e sociais. O conceito de externalidades não é novo, pois já estava presente no trabalho de Marshall (1981), em fins do século XIX, na análise de algumas concentrações de empresas na Inglaterra. Segundo ele, o ambiente de uma aglomeração de empresas de um mesmo setor propicia condições para que o conhecimento, seja do mercado ou de novas técnicas de produção e comércio, seja difundido pelo território, em decorrência da proximidade e dos relacionamentos, caracterizando uma forma de externalidade, no caso, positiva, que pode ser captada e utilizada em benefício de uma empresa que a tenha produzido.

Scott (1998) define a externalidade como o resultado não controlável da atividade de uma empresa, mas que pode ser apropriado por outra empresa ou conjunto de empresas em benefício próprio, mas que não tenham incorrido em custos para obtê-la. Detalha as externalidades como positivas ou negativas,

dependendo do impacto causado, e que sendo o espaço econômico, por definição, o domínio dos fluxos de interação e mudança, é propício ao surgimento das externalidades.

No caso de uma cidade-região, como resultado de uma economia de aglomeração, pode-se afirmar que as atividades produtivas estão constantemente gerando novas externalidades, positivas ou negativas. Retomando o conceito de produtividade sistêmica, seria possível dizer que é constituída pelos resultados produzidos pelos atores, porém ponderados pelos efeitos causados pela componente de externalidades. Ou seja, a produtividade sistêmica de uma cidade-região está associada à combinação ótima dos fatores de produção e à qualidade de sua gestão, no sentido de minimizar a ocorrência de externalidades negativas e de potencializar o surgimento das positivas.

A ocorrência de externalidades negativas significa perda de produtividade sistêmica, resultando em ineficiências que provocam custos suplementares para as pessoas e para as atividades produtivas.

A cidade-região, vista como uma unidade de acumulação econômica, reproduz a lógica capitalista da economia globalizada. Friedmann (1992) observa que a ideologia do capital, no exercício de uma economia “livre”, acaba por transferir para outros atores, principalmente o Estado, a gestão das conseqüências sociais do investimento privado, tais como o esgotamento de recursos, desemprego, poluição, desmatamento, pobreza, e outros problemas que afetam populações e recursos considerados comuns. Referidas conseqüências sociais constituem externalidades negativas para todo o conjunto da sociedade.

Isso leva à consideração de que a inserção na economia globalizada, vendida como solução para os problemas das cidades-região, não é nenhuma panacéia. Trata-se de um processo não necessariamente excludente, mas a observação indica que assim tem ocorrido, na medida em que concentra o conhecimento, a informação e o capital, em um segmento da população, e cria grandes contingentes de população à margem desse movimento. Qualquer tentativa de equilíbrio ou de uma opção de desenvolvimento local de caráter incluyente, passa pela construção de mecanismos de regulação, econômica e social.

## 2.5 REGULAÇÃO E GOVERNANÇA NA CIDADE-REGIÃO

A visão da cidade-região como uma unidade de acumulação econômica evidencia a ação, sobre o espaço urbano, do grande capital e do poder econômico representado pelas corporações globais. Isso conduz o direcionamento das discussões relativas ao espaço da cidade a um viés economicista, muito voltado para a questão da financeirização dos mercados. Furtado (2002) aponta para um processo de concentração do poder econômico e financeiro nas mãos das empresas transnacionais, cujo objetivo primeiro em suas operações é o lucro, em detrimento de estruturas como o Estado-nação, para o qual a questão social é mais importante.

As tensões resultantes desse processo são particularmente visíveis nas cidades-região, conforme se pode verificar:

1. a segregação social, em que uma parcela da população tem acesso a bens, serviços e informação em escala globalizada, enquanto outros segmentos, constituindo contingentes expressivos de população, permanecem excluídos do processo (RIBEIRO, 2004). Também Castells (1999) assinala a profunda dicotomia na sociedade informacional, na qual alguns segmentos se incluem, enquanto outros grupos permanecem à margem. Considera que as grandes cidades “também são depositárias de todos esse segmentos da população que lutam para sobreviver, bem como daqueles grupos que querem mostrar sua situação de abandono, para que não morram ignorados em áreas negligenciadas pelas redes de comunicação” (CASTELLS,1999).

2. as demandas sociais por investimentos em educação, saúde, saneamento, geração de empregos e de renda, são intensificadas pela aglomeração de população. Existe uma competição pelos recursos escassos oriundos dos orçamentos públicos, entre o investimento social e o investimento nas infra-estruturas adequadas à atratividade do capital global e à produção do espaço segundo uma lógica globalizada. Por outro lado, a insuficiência das políticas sociais que estão sendo aplicadas acentua os problemas, principalmente quanto à questão da violência urbana, o que reproduz um ambiente de insegurança, o que por sua vez é fator de redução da atratividade da cidade no cenário global.

3. o enfraquecimento do Estado-nação como provedor desses serviços de assistência e seguridade social, e como agente de desenvolvimento, ao lado das demandas crescentes, impõe à estruturas políticas no nível das cidades-região o desafio de atuarem na gestão dessas áreas. Entretanto, conforme observam Klink (2004) e Ribeiro (2004), faltam às cidades-região, e principalmente às regiões metropolitanas, legitimidade política e instrumentos institucionais adequados à gestão de referidos problemas. Há ainda a questão da distribuição dos recursos públicos na estrutura federalista, como o caso do Brasil, em que ainda uma parcela substancial da arrecadação permanece na esfera federal, sendo os repasses insuficientes, o que resulta na escassez de recursos, principalmente nas cidades-região, para fazer frente à problemática social e econômica.

A cidade-região, nesse contexto, configura um espaço com tendência ao desequilíbrio, nas esferas econômica e social, mas também relativamente às questões ambientais, uma vez que a aglomeração de população de forma relativamente desordenada e os efeitos negativos da atividade econômica sobre o ambiente contribuem para exaurir os recursos naturais disponíveis na região.

A gestão de uma cidade-região, portanto, compreende o desafio de produzir desenvolvimento econômico, com qualidade de vida, e sobretudo, sustentabilidade, ou seja, sem comprometer os recursos necessários à sobrevivência das gerações futuras.

Dessa forma, a idéia de regulação, no plano local, significa recolocar no centro da discussão as pessoas e o ambiente em que vivem, como objetivos do processo de desenvolvimento econômico. A regulação local, segundo Dowbor (2006), compreende o envolvimento direto dos atores locais nos assuntos relativos à gestão racional dos recursos disponíveis. Acrescenta que a participação da comunidade constitui um mecanismo regulador complementar, ao lado do mercado como mecanismo regulador do segmento empresarial e do direito público regendo a ação do Estado.

Entretanto, é possível verificar que os mecanismos de regulação local podem ser conceituados não apenas de forma complementar aos outros sistemas de regulação, mas como componente fundamental na formulação dos mesmos.

A idéia da cidade-região como ponto nodal de uma rede de cidades inserida na economia de fluxos, conforme já visto, pressupõe a circulação da

informação e do conhecimento. Assim, a articulação com vistas a um processo de regulação no nível local tem a mesma capacidade de se difundir via rede para toda a economia global, o que contribui, pela interatividade, para uma nova moldagem na relação global e local e nos sistemas de regulação. Assim, os processos locais de regulação podem ter influências sobre os mecanismos globais de regulação, tanto empresariais quanto governamentais. Ações focalizadas em determinados locais, como por exemplo relativas a hábitos de consumo responsáveis e escolha de produtos com base na responsabilidade social das empresas que os produzem, representam ações que, além do potencial de mudança localizada, podem se disseminar pela rede global como conhecimento produzido na relação entre empresas e consumidores, constituindo uma tecnologia social.

A forma como se pode consolidar um sistema de regulação no nível local, dentro das cidades-região, está relacionada aos processos de participação dos atores locais nos processos de ações coletivas, e em consequência, de governança.

### 2.5.1 A ação coletiva

Uma cidade-região, além de constituir um espaço de produção de externalidades, o que implica em um conjunto de interações existentes entre os atores que exercem suas atividades naquele território, também pode ser caracterizada, como observam Klink e Santos (2005), pela existência de um expressivo conjunto de bens públicos. Assim, redes urbanas de infra-estrutura, bacias hidrográficas, áreas como praças e parques, reservas de mananciais, constituem bens públicos, cujas principais características são a indivisibilidade e a não exclusividade.

Tome-se como exemplo o caso de um parque urbano. Trata-se de um bem público, pois seu uso é comum e acessível a todas as pessoas, que no entanto, podem usá-lo sem se apropriar exclusivamente dele, ou seja, o uso por um indivíduo não inibe a possibilidade de uso por outro. Na qualidade de espaço público, a responsabilidade pela manutenção desse parque compete à administração pública da cidade. Entretanto, o senso comum autoriza dizer que, cada usuário individual do parque, para que o tenha em condições de uso no futuro, é também responsável por

mantê-lo, principalmente nos aspectos de conservação e limpeza. O somatório de cada ação individual no sentido de manter o parque produz uma ação coletiva cujo resultado é a cooperação com a administração pública na manutenção do parque. Porém, a simples necessidade de manutenção do parque é condição suficiente para que um indivíduo racionalmente decida fazê-lo? Ou a incerteza em relação ao comportamento dos outros indivíduos poderá levá-lo a se abster de tomar uma atitude, muito embora seja de interesse comum que a atitude de manter o parque seja adotada?

Olson (1973) argumenta que o postulado da racionalidade individual não autoriza a conclusão de que indivíduos com interesses comuns produzirão ações coletivas, mas ao contrário, a tendência é que se abstenham de referidas ações. Isso configura um conflito, denominado na literatura como dilema da ação coletiva. Putnam (2005) mostra que o dilema da ação coletiva pode ser identificado em uma situação na qual a cooperação seria a solução benéfica para todas as partes envolvidas. Entretanto, a falta de um compromisso mútuo de confiança leva as partes a serem tomadas por um dilema relativo à atitude a ser adotada, e no caso, tendem a expressar o comportamento previsto por Olson (1973), de caráter oportunista. As decisões individuais, embora tomadas racionalmente, produzem um resultado não racional do ponto de vista da coletividade. Pela lógica da ação coletiva, se as partes cooperassem, o resultado seria superior. Olson (1973) observa que, na ausência de arranjos institucionais capazes de incentivar os membros individuais a produzirem o bem público ou a ação coletiva, quanto maior for o grupo mais distante ficará de fornecer uma quantidade ótima do referido bem ou ação coletiva.

Putnam (2005) avança na construção teórica de referido arranjo institucional, ao estudar formas de governança e organização social na Itália e nos Estados Unidos<sup>7</sup>, fundamentando-o na existência de confiança e cooperação. A intensidade do conhecimento e das relações desenvolvidas entre os atores de uma determinada região leva ao desenvolvimento da confiança e ao estabelecimento de limites e regras de reciprocidade, e sistemas de participação nos quais essa confiança possa ser exercida, o que resulta em incentivos à participação voluntária.

---

<sup>7</sup> Na obra *Bowling Alone: the collapse and revival of American community* – Simon e Schuster, New York, 2000, Putnam analisa como o capital social aparece como um fator importante da qualidade da governança de um território determinado, focando o caso dos Estados Unidos.

Trata-se de um processo que se realimenta positivamente, com o acúmulo do que Putnam (2005) denomina capital social, uma dimensão participativa que confere racionalidade ao processo de desenvolvimento local, e proporciona a regulação econômica, social e política da sociedade.

No âmbito da cidade-região, a construção de capital social via cooperação permite a formação de arranjos institucionais que canalizam as ações coletivas no sentido de exercer a regulação econômica e social. Dowbor (2006) destaca o papel da sociedade civil e do “chamado ‘terceiro setor’, área que engloba um conjunto de comportamentos que não se definem pelos paradigmas tradicionais da busca do lucro ou da autoridade estatal”.

São essas entidades, normalmente ONGs e OSCIPs<sup>8</sup>, que tem desempenhado nas cidades-região a função de congregar os interesses da sociedade com os dos atores econômicos e o governo. Desempenham a função destacada por Olson (1973) como arranjos institucionais capazes de conduzir os indivíduos a produzirem ações coletivas e bens públicos na quantidade necessária ao adequado funcionamento da sociedade.

Schmitz (1997), ao tratar das vantagens de localização e da aglomeração das empresas, formulou o conceito de “eficiência coletiva”, um processo de cooperação entre as empresas da aglomeração, nos níveis horizontal e vertical, para o melhor aproveitamento possível das externalidades produzidas no ambiente da aglomeração. Transpondo o conceito para a cidade-região, a eficiência coletiva poderia ser descrita como um processo de cooperação, no qual a sociedade, como um todo, por meio da ação coletiva, também busca o melhor aproveitamento possível na utilização dos bens públicos e na combinação ótima das externalidades produzidas. A eficiência coletiva da sociedade representaria um mecanismo de regulação, efetivado por meio de relações de governança.

---

<sup>8</sup> ONGs são Organizações Não Governamentais, e OSCIPs, Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público.

## 2.5.2 Governança nas cidades-região

Dowbor (2006) argumenta que as organizações da sociedade civil, o conhecido Terceiro Setor, surgem do movimento de grupos engajados em ações coletivas que buscam soluções para problemas sociais e se organizam para oferecer respostas que não estão sendo dadas pelas empresas ou pelo Estado. Segundo ele, a sociedade civil é bastante dispersa em torno de interesses, que são diversificados, e difusos. Muitas vezes um interesse empresarial pontual, mas organizado, consegue se impor sobre o interesse contrário, porém desorganizado, da sociedade.

A atuação da sociedade civil organizada é um fator crítico de sucesso de uma cidade-região no desenvolvimento econômico local, integrado e sustentável, e ocorre por meio de instrumentos de governança.

O conceito de governança, de uma maneira simples, pode ser enunciado como a forma como se exerce o governo, ou os processos através dos quais são executadas as ações de governo. Entretanto, não se trata de um conceito relacionado somente ao Estado, mas envolve, como observa Santos (1997), “padrões de articulação e cooperação entre atores sociais e políticos e arranjos institucionais, que coordenam e regulam transações dentro e através das fronteiras do sistema econômico”. A governança é um processo que não envolve apenas os instrumentos políticos mais tradicionais, como partidos e grupos políticos, mas também todo um conjunto de redes sociais e associações, englobando a sociedade como um todo.

No caso das cidades-região, a governança é uma questão bastante complexa. Klink e Santos (2004) observam que, nas cidades-região e regiões metropolitanas, e conforme já verificado, ocorre uma grande densidade de externalidades e de bens públicos. De forma proporcional a essa densidade, aumenta a necessidade de uma ação coordenada nos limites de seu território, objetivando a gestão desses fatores, uma vez que não podem ser equacionados por meio de mecanismos de mercado.

É nas cidades-região, e mais particularmente nas grandes regiões metropolitanas, que também se encontram atores e grupos de atores, econômicos, públicos e privados, organizados em função de suas atividades e de seus objetivos. Conforme observa Daniel (2003), há, no caso dos espaços públicos urbanos,

diferentes interesses que podem ser traduzidos em direitos, ou na pretensão de se tornarem direitos. Dessa forma, os interesses entram em conflito, pois envolvem uma competição pela apropriação de um mesmo espaço público. Para o autor, a solução dos conflitos passa pela criação de outras esferas públicas não puramente estatais, mas com a participação do governo e envolvendo os demais grupos de interesses, para a realização de uma gestão democrática.

A questão da governança nesse caso assume a forma de um dilema da ação coletiva, a necessidade de superar a idéia de que, ações que se revertam em benefício de determinados grupos necessariamente resultem em prejuízo de outros.

Entretanto, a percepção da fragilidade do Estado na condução das políticas públicas, o agravamento dos problemas sociais, que afligem sobremaneira as cidades-região, e a ausência de soluções no nível local, providas do mercado, tem levado a sociedade civil a se organizar em torno de seus interesses, conforme relatado por Dowbor (2006) no início deste tópico, com relação ao surgimento do Terceiro Setor.

A organização da sociedade civil em torno do Estado e do mercado com a intenção de participar do processo de governo é a característica principal dos mecanismos de governança.

Não é propósito deste trabalho um aprofundamento quanto a modelos e formas de governança. A contribuição esperada desta análise é demonstrar que, a cidade-região organizada em torno de um sistema de governança que inclua de forma democrática todos os setores da sociedade local, possui um sistema de regulação local que contribui para a elevação de sua “rentabilidade social” (FURTADO, 2002), ou de sua produtividade sistêmica.

## 2.6 UM QUADRO DE REFERÊNCIA TEÓRICO

O propósito do presente referencial conceitual foi a contextualização da cidade-região como um fenômeno recente, porém de grande importância no atual cenário global. Seu território e sua organização econômica e social estão sujeitos à ação de forças de caráter exógeno, oriundas de um processo de globalização que impõe uma determinada lógica de ocupação e apropriação do espaço e dos meios

econômicos destinados à inserção da cidade na economia globalizada, bem como sujeitos a forças de caráter endógeno, a partir de uma proposta de desenvolvimento local que possa gerar competitividade no mercado global, sem no entanto prescindir das características econômicas e sociais exclusivas do território. Na relação entre o global e o local, a cidade-região desempenha papel fundamental, como ponto nodal da rede por onde circulam os fluxos financeiros e informacionais, mas também pela percepção de seu território como um espaço de acumulação econômica. A cidade-região passa a ser vista como um ator econômico relevante na economia mundial.

Em seguida, a cidade-região foi analisada sob aspectos econômicos e sociais, principalmente no que se refere aos resultados de um processo de intensa aglomeração de população e das atividades produtivas. A partir da contribuição de diversos autores, como Storper (1997), Scott (1998) e Dowbor (2006), a cidade-região foi contextualizada como um espaço de produção de externalidades. Embora possam ter um caráter negativo quando se referem a efeitos das atividades produtivas sobre os recursos naturais, como poluição e destruição do meio ambiente, ou sobre populações, as externalidades, quando positivas, referem-se a uma espécie de “capital cognitivo” produzido também como resultado não controlado das atividades dos atores, mas que podem ser apropriadas sem custos e em benefício de atores individualmente ou de toda a coletividade.

Pensar a cidade-região como um espaço de produção de externalidades é um desafio de caráter multidisciplinar. Uma externalidade surge de uma atividade produtiva, material ou intelectual, mas tem relação com o processo de produção da referida atividade. Conforme observa Amaral Filho (2001),

é muito difícil, ou mesmo impossível, contabilizar a influência das economias externas sobre a função de produção e sobre a estrutura de custos de uma firma, mas diante da nova paisagem industrial achamos que fica cada vez mais constrangedor não admitir essa influência.

A presença das externalidades também coloca a questão segundo a qual os fatores componentes da escala de produção de uma empresa podem ser encontrados não apenas internamente, mas no ambiente externo a ela, em outras empresas, ou mesmo disseminados no território.

No campo econômico, constituem um novo instrumento de análise econômica e na conceituação das economias de aglomeração como sendo de rendimentos crescentes (KRUGMAN, 1995).

Há ainda que se considerar a externalidade como um fator geograficamente delimitado, pois exerce sua influência em um determinado território, e contribui para criar fatores locais dinamicamente competitivos.

Portanto, a idéia da cidade-região como um espaço de produção de externalidades implica no reconhecimento da necessidade de uma abordagem multidisciplinar, contemplando as várias dimensões do problema sob ângulos diversos de análise, pois as externalidades constituem uma questão econômica, ao mesmo tempo em que representam um problema de gestão e podem envolver relações sociais e mesmo conflitos.

Da mesma forma, a identificação da cidade-região como um espaço de existência de um grande número de bens públicos conduz a uma nova abordagem dos aspectos referentes à gestão, como a necessidade de reconhecimento de novos instrumentos derivados da ação coletiva, como os mecanismos de governança.

O conjunto de contribuições teóricas relativas ao tema da cidade-região constitui um quadro de referência teórico, que se insere no campo científico como uma nova fronteira do conhecimento, pois não apenas aprofunda a discussão sobre o fenômeno como revela que determinadas formas de pensamento não se adaptam ou precisam ser redefinidas no referido contexto.

Entretanto, o fenômeno da cidade-região, concreto, materializado no contexto econômico e social, pode, conforme visto neste capítulo, ser estudado sob uma ótica diversa daquela preconizada pelo padrão tradicional de pensamento, em que as relações econômicas e sociais são analisadas de uma forma que prescinde a espacialidade, para uma visão na qual a percepção de importância e de identidade da região ganham significado, em uma concepção teórica de Regionalidade.

De fato, as idéias desenvolvidas ao longo deste capítulo, como os aspectos históricos relacionados ao processo de ruptura econômica e social verificados a partir da década de 1970, induziram o surgimento de novos fenômenos, como a reorganização dos modos de produção e acumulação capitalista, a crise e busca de alternativas à matriz energética, a evolução para uma economia baseada no conhecimento, a tecnologia, o questionamento do papel dos Estados nacionais e a ascensão das cidades no cenário global.

O que se pretende é delimitar um quadro de referência teórico no qual uma nova forma de cidade surge a partir da conjunção desses acontecimentos, e que uma corrente do pensamento científico elabora um conjunto de contribuições teóricas que ofereça suporte à idéia dessa cidade-região, conforme se pode verificar no quadro 2.

<b>Conceito de Cidade-região</b>	
<b>dimensões</b>	<b>características</b>
territorial	Aglomerações com mais de um milhão de habitantes, englobando uma ou mais cidades.
econômica	Economias de aglomeração, formas de organização produtiva baseadas em <i>clusters</i> e arranjos produtivos locais, inseridos nas cadeias e nos fluxos econômicos globais.
social	Superação de dilemas de ação coletiva e evolução da gestão de um conceito de apenas governo para um conceito de governança, com participação da sociedade civil organizada e dos atores econômicos e institucionais.
espacial	A aglomeração espacial proporciona um conjunto de inter-relações entre todos os atores, baseadas na produção de externalidades no espaço da cidade-região.

QUADRO 2 – Quadro de referência teórico do conceito de cidade-região.

Fonte: do autor.

### 3. METODOLOGIA

A metodologia utilizada em uma pesquisa é determinada, essencialmente, pela natureza da ciência em estudo, e pelas questões básicas da pesquisa, aquilo que se quer responder. No caso específico da presente pesquisa, pretende-se uma investigação sobre como o tema relativo à gestão das cidades-região é tratado no universo acadêmico do Brasil, especificamente na área das ciências sociais aplicadas, com uma contribuição também da área de ciências humanas, no caso da Geografia. Não há uma hipótese a comprovar. Trata-se de descrever a situação encontrada, suas presumíveis causas, e fundamentalmente, suas conseqüências percebidas, com a maior exatidão possível.

Para definir o processo a ser utilizado na pesquisa, pode-se conceituar a metodologia como sendo o caminho do pensamento, e a prática com que se aborda a realidade. Um método é uma série de regras, técnicas ou ferramentas, utilizadas para tentar resolver um problema.

#### 3.1 TIPO DA PESQUISA

As pesquisas podem ser classificadas com base em seus objetivos gerais. Gil (2002) define três grandes grupos de pesquisas: as exploratórias, as descritivas e as explicativas. Para os fins deste estudo, a opção pelo tipo a ser utilizado será a pesquisa exploratória, porque permite ao pesquisador aumentar a sua experiência em torno de um determinado problema, ou para levantar eventuais possíveis novos problemas de pesquisa. Para Gil (2002), esse tipo de pesquisa tem como objetivo tornar explícito um problema, aprimorar idéias ou descobrir intuições. Vergara (2005) considera útil a realização de pesquisa exploratória em áreas nas quais ainda não existe conhecimento acumulado ou sistematizado, e propõe dois critérios básicos para a identificação do tipo da pesquisa:

- a) quanto aos fins;
- b) quanto aos meios de investigação.

Quanto aos fins, uma pesquisa pode ser classificada como:

- a) exploratória;
- b) descritiva;
- c) explicativa;
- d) metodológica;
- e) aplicada;
- f) intervencionista.

Já quanto aos meios de investigação, as pesquisas podem ser classificadas em:

- a) pesquisa de campo;
- b) pesquisa de laboratório;
- c) documental;
- d) bibliográfica;
- e) experimental;
- f) *ex post facto*;
- g) participante;
- h) pesquisa-ação;
- i) estudo de caso.

Embora a literatura sobre as questões regionais tenha crescido nas últimas décadas, as análises sobre a cidade-região e as dificuldades de conceituação resultantes de seu aspecto multidisciplinar, indicaram a pesquisa exploratória como sendo adequada para o tratamento do tema. Essa convicção se reforçou quando se verificou que os conceitos teóricos são ainda bastante recentes. O estudo exploratório também se revelou adequado para a pesquisa em questão pelo fato de ser uma investigação não baseada no estabelecimento prévio de hipóteses, mas que estas pudessem ser elaboradas como um resultado possível do estudo.

Quanto aos meios de investigação, a pesquisa utilizou o método documental. Todo o quadro referencial teórico foi elaborado a partir de uma investigação bibliográfica, a partir da análise dos aspectos econômicos e sociais envolvidos na formação das cidades-região e como estão sendo debatidos por economistas, administradores, planejadores urbanos, geógrafos e outros cientistas sociais, caracterizando um conjunto de indicadores dos processos que podem resultar numa contribuição ao entendimento do processo de gestão de uma cidade-região. As fontes bibliográficas foram livros, teses e dissertações, além de artigos

publicados em revistas especializadas ou em bases eletrônicas de dados. Como se tratou de uma pesquisa documental, pois a investigação abordou documentos relativos aos programas de pós-graduação na área das ciências sociais aplicadas e da Geografia, como o conteúdo dos cursos ou trabalhos de núcleos de pesquisas, ou outros documentos que porventura puderam contribuir para a compreensão e elucidação do problema.

Quanto à natureza, a pesquisa teve um caráter qualitativo. De acordo com Vieira (2004), a pesquisa qualitativa “pode ser definida como a que se fundamenta principalmente em análises qualitativas, caracterizando-se, em princípio, pela não utilização de instrumental estatístico na análise dos dados”. Entretanto, convém esclarecer que a não utilização de técnicas estatísticas não significa que as análises qualitativas permaneçam apenas no campo das especulações subjetivas. Esse tipo de análise se baseia em conhecimentos teóricos e empíricos que permitem atribuir-lhe cientificidade, contendo uma lógica e uma coerência de argumentação, ainda que não baseadas em relações estatísticas entre variáveis.

No presente estudo, o que se pretendeu foi comparar a informação coletada com um quadro de referência teórico, obtendo uma indicação do alcance do debate sobre a questão da gestão das cidades-região no meio acadêmico brasileiro.

### 3.2 AMOSTRA E SUJEITOS DA PESQUISA

De acordo com os objetivos do trabalho, o universo da pesquisa compreendeu o conjunto dos programas de pós-graduação “*stricto sensu*”, no âmbito da Universidade brasileira. Isto significou um total de 176 programas, envolvendo as áreas de Administração, Economia e Planejamento Urbano e Regional, nas ciências sociais aplicadas, e a Geografia, nas ciências humanas.

No caso específico desta pesquisa, não houve a necessidade de seleção de uma amostra, sendo considerado para efeito da coleta de dados todo o universo. Tal procedimento se justificou pela possibilidade de realizar a investigação do conteúdo dos 176 programas nas áreas citadas.

### 3.3 PROCEDIMENTOS PARA A COLETA DE DADOS

O objetivo da coleta de dados é proceder à sua categorização, o que consiste na sua organização de forma que seja possível tomar decisões e interpretá-los. No presente estudo, o meio escolhido para obtenção de dados foi o procedimento documental, a leitura e interpretação de documentos.

A principal fonte para obtenção dos documentos foi a Internet. A pesquisa no endereço eletrônico da CAPES conferiu confiabilidade aos dados obtidos, por se tratarem de informações oficiais, dados referentes a 2004.

O procedimento adotado foi o acesso ao endereço eletrônico da CAPES na Internet, obtendo-se a relação dos cursos das áreas objeto da pesquisa no link “relação de cursos”. Com essa relação, foi possível acessar, em cada um, o conjunto de documentos que compõem as informações para a CAPES. Um desses documentos corresponde à descrição das linhas de pesquisa, que foram os primeiros documentos pesquisados. A partir das informações obtidas nas linhas de pesquisa, o passo seguinte foi o aprofundamento da pesquisa nos documentos relativos a teses, dissertações e projetos de pesquisa nos quais foram identificados os temas pesquisados. Identificadas essas teses, dissertações e projetos contendo dados úteis à pesquisa, o procedimento seguinte foi buscar, também via Internet, nos endereços eletrônicos de cada Universidade, referidos documentos para a leitura e análise.

Com relação ao tipo de dados a serem coletados nos diversos documentos, foram escolhidos mediante um processo de identificação de categorias a serem pesquisadas. Considerando que o trabalho se refere à problemática da gestão das cidades-região, optou-se pela escolha de temas que, identificados nas linhas e projetos de pesquisa, levassem a uma investigação mais detalhada daqueles documentos contendo as referências, para a finalidade da interpretação mediante a análise de conteúdo.

Dessa forma, foram estabelecidas as categorias de dados a serem investigados nos documentos conforme o quadro 3. Como a utilização de determinados termos nas diversas áreas é variada, mesmo tratando-se de fenômenos semelhantes, alguns outros termos com significado próximo também foram colocados como categorias de dados, a fim de evitar que conteúdos

relevantes para o entendimento do problema de pesquisa deixassem de ser pesquisados.

Tema	Categorias de dados
Cidades-região	Cidades-região Regiões Metropolitanas Grandes cidades
Economias de aglomeração	Arranjos Produtivos Locais <i>Clusters</i> Sistemas de Inovação Local Externalidades
Desenvolvimento Econômico Local	Desenv. Econômico Local Desenv. local sustentável Desenv. local integrado
Bens públicos	Bens Públicos Bens de uso comum
Governança	Governança Arranjos institucionais

Quadro 3 -Temas e categorias de dados da pesquisa

Fonte: do autor

### 3.4 PROCEDIMENTO PARA ANÁLISE DE RESULTADOS

A análise dos resultados supõe a interpretação dos dados obtidos na pesquisa. No caso deste trabalho, de delineamento documental, a técnica a ser empregada será a análise de conteúdo. Godoy (1995) ressalta a diversificação da utilização desse método na Administração, em pesquisas de caráter documental. Também Gil (2002) assinala que essa técnica possibilita a descrição do conteúdo manifesto e latente de uma determinada comunicação. Vergara (2005) considera a análise de conteúdo “uma técnica de tratamento de dados que visa identificar o que está sendo dito a respeito de um determinado tema”. Bardin (2004), compreende a análise de conteúdo como um conjunto metodológico de análise do discurso.

Gil (2002) descreve o desenvolvimento da técnica em três fases:

1. a pré-análise, onde se procede à escolha dos documentos, o que no caso em questão está definido como sendo os documentos relativos aos programas de pós-graduação constantes do endereço eletrônico da CAPES, bem como outros documentos dos cursos que possam oferecer contribuição relevante, nos seus respectivos endereços eletrônicos;
2. exploração do material, que envolve a escolha das unidades, a enumeração e a classificação;
3. o tratamento, inferência e interpretação dos dados. Franco (2003) define a inferência como “um procedimento intermediário que permite a passagem explícita e controlada, da descrição à interpretação”.

Bardin (2004) afirma que “enquanto esforço de interpretação, a análise de conteúdo oscila entre dois pólos, do rigor da objetividade à fecundidade da subjetividade”. Trata-se de um instrumental de análise que pode ser bastante adequado a este estudo, em razão da necessidade de extrair a informação latente existente na gama multidisciplinar de conhecimentos que envolvem o conceito de Regionalidade. No caso, a análise foi amparada em procedimentos qualitativos. O interesse da pesquisa está em focalizar o que é significativo e relevante para a compreensão da relação entre a comunicação e o referencial teórico, o que significa extrair do texto peculiaridades e relações que não necessariamente sejam freqüentes no texto. Os resultados obtidos foram confrontados com a teoria que dá suporte à investigação, o que permitiu formular as conclusões da pesquisa.

No caso do presente trabalho, o processo de análise de conteúdo foi elaborado da seguinte forma:

1. primeiramente foram verificadas todas as linhas de pesquisa referentes aos programas delimitados como universo da pesquisa. Uma vez identificados os termos elencados para a pesquisa, as referidas linhas foram selecionadas para a segunda etapa da análise;
2. na segunda etapa, cada linha de pesquisa que continha em seu título algum dos termos relativos aos temas investigados foi verificada quanto à descrição de seu objeto de pesquisa. Nessa etapa houve o trabalho de interpretação dos dados, uma vez que a identificação de um tema, por exemplo, arranjos produtivos, tornaram necessária uma análise sobre se a forma como o conceito estava sendo aplicado era condizente com o que foi definido acerca do tema no referencial conceitual;

3. Muitas vezes a simples descrição das linhas de pesquisa não foi suficiente para permitir a interpretação dos termos encontrados. Dessa maneira, foi necessário verificar o conjunto dos projetos de pesquisa dentro daquela linha, e ainda em determinados casos observar também a utilização dos temas e a aplicação dos termos nos trabalhos produzidos, para que os termos encontrados pudessem ter a sua interpretação segundo o referencial conceitual, para a sua correta utilização no trabalho.

Assim, o método de análise de conteúdo pode ser aplicado a uma pesquisa de caráter documental, uma vez que a natureza dos documentos, descrições oficiais dos conteúdos dos programas de pós-graduação, podem ser considerados uma forma de comunicação escrita.

#### 4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O presente capítulo tem por finalidade apresentar os resultados obtidos da investigação, bem como proporcionar a discussão desses resultados diante do quadro referencial apresentado no capítulo 2. A investigação se concentrou na grande área de ciências sociais aplicadas, nas áreas de Administração, Economia e Planejamento Urbano e Regional. Da grande área das ciências humanas, a Geografia foi também pesquisada, principalmente porque a Geografia Econômica vem discutindo a questão do espaço e da localização das atividades econômicas. A tabela 1 apresenta o total dos programas de pós-graduação *stricto sensu* pesquisados, por área:

Tabela 1 – Universo da pesquisa: total dos cursos

Área	Qtde. de cursos
Administração	77
Economia	48
Planejamento Urbano e Regional	18
Geografia	33
Total	176

FONTE: [www.capes.gov.br](http://www.capes.gov.br)

Os dados estão apresentados por área, de forma que se tenha uma visão particular de cada caso, e em seguida uma discussão de todos os aspectos relacionados aos resultados gerais da investigação.

##### 4.1 RESULTADOS NA ÁREA DE ADMINISTRAÇÃO

O quadro 4 apresenta os cursos que foram objeto de pesquisa na área de Administração. Nessa área a pesquisa demonstrou que o tema referente à gestão

das cidades-região, com a busca em todas as categorias de dados selecionadas, é praticamente inexistente.

GRANDE ÁREA: CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS					
ÁREA: ADMINISTRAÇÃO					
PROGRAMA	IES	UF	PROGRAMA		
			M	D	F
ADMINISTRAÇÃO	UFBA	BA	5	5	-
ADMINISTRAÇÃO	UFBA	BA	-	-	5
ADMINISTRAÇÃO	FUNECE	CE	3	-	-
ADMINISTRAÇÃO	UNB	DF	4	4	-
ADMINISTRAÇÃO	UFES	ES	3	-	-
ADMINISTRAÇÃO	UFMG	MG	5	5	-
ADMINISTRAÇÃO	UFV	MG	3	-	-
ADMINISTRAÇÃO	UFLA	MG	4	4	-
ADMINISTRAÇÃO	UFU	MG	3	-	-
ADMINISTRAÇÃO	PUC/MG	MG	-	-	4
ADMINISTRAÇÃO	FEAD	MG	-	-	3
ADMINISTRAÇÃO	FPL	MG	-	-	3
ADMINISTRAÇÃO	FNH	MG	3	-	-
ADMINISTRAÇÃO	UFPB/J.P.	PB	3	-	-
ADMINISTRAÇÃO	UFPE	PE	5	5	-
ADMINISTRAÇÃO	UFPR	PR	5	4	-
ADMINISTRAÇÃO	PUC/PR	PR	5	4	-
ADMINISTRAÇÃO	UNICENP	PR	3	-	-
ADMINISTRAÇÃO	UFRJ	RJ	5	5	-
ADMINISTRAÇÃO	FGV/RJ	RJ	5	5	-
ADMINISTRAÇÃO	FGV/RJ	RJ	-	-	5
ADMINISTRAÇÃO	IBMEC	RJ	-	-	4
ADMINISTRAÇÃO	UFRN	RN	4	4	-
ADMINISTRAÇÃO	UFRGS	RS	6	6	-
ADMINISTRAÇÃO	UFRGS	RS	-	-	5
ADMINISTRAÇÃO	UFSM	RS	3	-	-
ADMINISTRAÇÃO	UNISINOS	RS	4	-	-
ADMINISTRAÇÃO	UCS	RS	3	-	-
ADMINISTRAÇÃO	UFSC	SC	3	-	-
ADMINISTRAÇÃO	UDESC	SC	-	-	3
ADMINISTRAÇÃO	UNIVALI	SC	3	-	-
ADMINISTRAÇÃO	FURB	SC	3	-	-
ADMINISTRAÇÃO	USP	SP	6	6	-
ADMINISTRAÇÃO	PUC/SP	SP	4	-	-
ADMINISTRAÇÃO	UNIMEP	SP	-	-	3
ADMINISTRAÇÃO	UMESP	SP	3	-	-
ADMINISTRAÇÃO	UNIP	SP	3	-	-
ADMINISTRAÇÃO	UNINOVE	SP	-	-	3
ADMINISTRAÇÃO	IMES	SP	3	-	-
ADMINISTRAÇÃO	UNISAL	SP	3	-	-
ADMINISTRAÇÃO - UEM/UEL	UEM	PR	3	-	-
ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS	UFC	CE	-	-	3
ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS	UNIFOR	CE	3	-	-
ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS	PUC-RIO	RJ	5	5	-
ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS	PUC-RIO	RJ	-	-	5
ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS	FGV/SP	SP	6	6	-
ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS	FGV/SP	SP	-	-	5
ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS	UPM	SP	5	4	-
ADMINISTRAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES	USP/RP	SP	3	-	-
ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL	UNESA	RJ	-	-	3

ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO RURAL	UFRPE	PE	3	-	-
ADMINISTRAÇÃO E NEGÓCIOS	PUC/RS	RS	-	-	4
ADMINISTRAÇÃO E NEGÓCIOS	PUC/RS	RS	4	-	-
ADMINISTRAÇÃO ESTRATÉGICA	UNIFACS	BA	3	-	-
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	FJP	MG	3	-	-
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GOVERNO	FGV/SP	SP	4	4	-
ATUÁRIA	PUC-RIO	RJ	3	-	-
CIÊNCIAS CONTÁBEIS	UNB	DF	4	4	-
CIÊNCIAS CONTÁBEIS	FUCAPE	ES	-	-	3
CIÊNCIAS CONTÁBEIS	UFRJ	RJ	3	-	-
CIÊNCIAS CONTÁBEIS	UNISINOS	RS	3	-	-
CIÊNCIAS CONTÁBEIS	FURB	SC	3	-	-
CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ATUARIAIS	PUC/SP	SP	4	-	-
CONTABILIDADE	UFPR	PR	3	-	-
CONTABILIDADE	UFSC	SC	3	-	-
CONTROLADORIA	UFC	CE	-	-	3
CONTROLADORIA E CONTABILIDADE	USP	SP	5	5	-
CONTROLADORIA E CONTABILIDADE	USP/RP	SP	3	-	-
CONTROLADORIA E CONTABILIDADE ESTRATÉGICA	UniFECAP	SP	3	-	-
GESTÃO DE NEGÓCIOS	UNISANTOS	SP	3	-	-
GESTÃO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL	FESP/UPE	PE	-	-	3
GESTÃO E ESTRATÉGIA EM NEGÓCIOS	UFRRJ	RJ	-	-	3
GESTÃO SOCIAL E TRABALHO	UNB	DF	-	-	4

Quadro 4 – Programas de pós-graduação *stricto sensu* na área de Administração

M - Mestrado Acadêmico, D - Doutorado, F - Mestrado Profissional

Fonte: www.capes.gov.br

Não há uma única linha de pesquisa entre os 77 programas de pós-graduação *stricto sensu* que apresente como objeto de pesquisa a cidade-região ou a região metropolitana, e mesmo qualquer referência às cidades. Dentre as linhas de pesquisa nessa área, que totalizam 174, o tema referente ao desenvolvimento regional foi encontrado em apenas três, e referente a governança, num sentido mais amplo que a governança corporativa, em apenas uma linha, além de outras quatro linhas relacionadas a gestão pública e regiões metropolitanas. A partir da pesquisa, foram selecionados para análise aquelas linhas que se relacionavam, de alguma forma, com os temas elencados como categorias de dados. O resultado encontra-se no quadro 5.

A linha de pesquisa intitulada “Poderes Locais, Organizações e Gestão”, da Universidade Federal da Bahia, UFBA, tem como objetivo o estudo das organizações e interorganizações de diferentes escalas, como espaços políticos e simbólicos, como espaços de ação e produção individual e coletiva, e como espaços de gestão<sup>9</sup>. Seu principal foco está na análise dos poderes locais como ponto de partida para estratégias de desenvolvimento fundamentadas em práticas solidárias e

<sup>9</sup> Os dados referentes à linha de pesquisa foram retirados de www.ufba.br

cooperação. Embora seja um processo que se verificou necessário na formulação de estruturas de governança, não foram identificados trabalhos relacionados a cidades do porte das cidades-região, nas quais as cidades apareçam como atores relevantes na consolidação das estruturas de poder local. Os estudos abrangem principalmente a gestão do desenvolvimento social, como foco na capacidade de articulação no nível local. Embora não haja um foco específico na questão da cidade, a contribuição teórica dessa linha de pesquisa assume um caráter relevante, uma vez que pode contribuir para a compreensão de questões como a ação coletiva.

Instituição	Linha de pesquisa
UFBA	Poderes Locais, Organizações e Gestão
UFLA	Gestão Social, Ambiente e Desenvolvimento
FPL	Gestão de Políticas Públicas e Desenv.Regional
UFRN	Políticas Públicas e Governança
UDESC	Gestão Pública, Terceiro Setor e Responsabilidade Social Gestão Social
IMES	Gestão para o Desenvolvimento da Regionalidade
UNIFACS	Gestão Estratégica e Desenvolvimento Regional
FGV-SP	Centro de Estudos da Metrópole

Quadro 5 – Linhas de Pesquisa relacionadas à temática do trabalho na área de Administração.

Fonte: [www.capes.gov.br](http://www.capes.gov.br)

A linha de pesquisa intitulada “Gestão Social, Ambiente e Desenvolvimento”, da Universidade Federal de Lavras, UFLA, parte de uma concepção ampliada de gestão com foco nas coletividades organizadas, rurais ou urbanas, sob o efeito de um processo de transformações sociais e econômicas. Entretanto, em pesquisa à produção acadêmica do programa, verificou-se um foco em cadeias produtivas e arranjos produtivos locais, em seus aspectos organizacionais e sem relação com as cidades.

Já a linha das Faculdades Pedro Leopoldo, FPL, de Minas Gerais, intitulada “Gestão de Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional”, analisa a

administração pública tendo em vista um melhor desempenho nas atividades governamentais e melhor prestação de serviços públicos. Uma pesquisa na produção acadêmica não encontrou trabalhos relacionados a cidades. Na produção acadêmica da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, também não foram encontrados trabalhos relacionados às cidades. Já nas linhas de pesquisa da Universidade do Estado de Santa Catarina, UDESC, foram encontrados trabalhos relativos a diagnósticos de capital social e de organizações sociais em cidades do estado, como São Joaquim e Concórdia, com o intuito de criar condições para a promoção do desenvolvimento local.

No caso da Universidade Municipal de São Caetano do Sul, IMES , o desenvolvimento do conceito de Regionalidade está amparado na experiência da região do Grande ABC Paulista em processos de articulação regional, sendo todo o ABC considerado uma cidade-região, nos moldes do referencial conceitual elaborado.

Já o programa de pós-graduação da Universidade de Salvador, UNIFACS, está voltado para a questão da inovação e da competitividade de arranjos produtivos. Entretanto, a linha de pós-graduação em desenvolvimento regional e urbano tem como foco a gestão de cidades numa perspectiva de desenvolvimento de políticas regionais.

O programa do Centro de Estudos da Metrópole, da Fundação Getúlio Vargas, FGV/SP, em parceria com outras entidades, pretende compreender, em suas várias dimensões, os processos de transformação por que passam cidades como São Paulo. O projeto tem por base a perspectiva de uma abordagem multidisciplinar da questão metropolitana, porém bastante voltada para a análise de questões relativas aos problemas sociais que afligem a cidade de São Paulo.

Verifica-se, na área da Administração, embora não haja menção explícita ao tema em nenhuma das linhas de pesquisa, que o foco nas questões regionais se concentra na análise de *clusters* e arranjos produtivos locais. Entretanto, as análises se concentram nos aspectos organizacionais, nas relações e na busca de competitividade a partir de fatores internos à aglomeração. As questões relativas ao espaço relacionam-se à localização ou à inserção em cadeias produtivas. Ainda que inseridos num contexto regional, verifica-se a falta de uma visão sistêmica, que relacione as aglomerações ao ambiente urbano no qual as interações entre referidas aglomerações e os demais atores locais possam resultar, como se viu no referencial

conceitual, na cidade-região como um sistema econômico aberto, que se relaciona com as escalas regional, nacional e global, num espaço de produção de externalidades e bens públicos.

A questão principal é que, no caso do enfoque nos arranjos produtivos locais, bem como de modo geral na área de Administração, a pesquisa e a geração de conhecimento ocorrem sob a ótica de um padrão mais tradicional de análise organizacional. No contexto do arcabouço teórico da cidade-região, os arranjos produtivos aparecem como atores importantes no processo de desenvolvimento local, principalmente, como observa Llorens (2001), pela qualidade das interações e do que ele denomina *entorno inovador*. Ou seja, os arranjos produtivos também são produtores de externalidades. Storper (1997) vai ainda mais além na visão sistêmica, considerando as aglomerações, ou arranjos produtivos locais, como elementos de um sistema regional, ou mundo regional de produção, que mantém um estoque de ativos relacionais, ou o que ele denomina capital relacional, principal fonte de competitividade e de identificação da região.

Portanto, os resultados da pesquisa na área de Administração demonstram a inexistência da cidade-região como um fenômeno observável, e mesmo tomando-se de forma isolada componentes do que se consolidou como um quadro referencial teórico, percebe-se que a visão proposta não encontra identificação nas linhas de pesquisa existentes, que são construídas no contexto de uma visão mais tradicional do conhecimento na área de Administração.

## 4.2 RESULTADOS NA ÁREA DE ECONOMIA

Na área de Economia, foram analisados 48 programas de pós-graduação *stricto sensu*, e foram encontradas duas linhas fazendo referência às cidades, Crescimento de Cidades e Planejamento de Cidades, da UCB, Universidade Católica de Brasília, entretanto com uma abordagem fora do arcabouço teórico referente à cidade-região. O quadro 6 apresenta a relação dos cursos autorizados pela CAPES na área de Economia.

GRANDE ÁREA: CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS					
ÁREA: ECONOMIA					
PROGRAMA	IES	UF	PROGRAMA		
			M	D	F
AGRONEGÓCIOS E DESENVOLVIMENTO REGIONAL	UFMT	MT	3	-	-
CIÊNCIA ECONÔMICA	UNICAMP	SP	5	5	-
CIÊNCIAS (ECONOMIA APLICADA)	USP/ESALQ	SP	5	5	-
CIÊNCIAS ECONÔMICAS	UERJ	RJ	3	-	-
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	UFPR	PR	4	4	-
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	UFPR	PR	-	-	4
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	UNICAMP	SP	5	4	-
DESENVOLVIMENTO REGIONAL E GESTÃO DE EMPREENDIMENTOS LOCAIS	FUFSE	SE	-	-	3
ECONOMIA	UFBA	BA	3	-	-
ECONOMIA	UFC	CE	5	5	-
ECONOMIA	UFC	CE	-	-	5
ECONOMIA	UNB	DF	5	5	-
ECONOMIA	UNB	DF	-	-	5
ECONOMIA	UCB	DF	4	4	-
ECONOMIA	UFES	ES	3	-	-
ECONOMIA	UFMG	MG	6	6	-
ECONOMIA	UFV	MG	3	-	-
ECONOMIA	UFU	MG	4	-	-
ECONOMIA	UFPA	PA	3	-	-
ECONOMIA	UNAMA	PA	3	-	-
ECONOMIA	UFPB/J.P.	PB	3	-	-
ECONOMIA	UFPE	PE	5	5	-
ECONOMIA	UFPE	PE	-	-	5
ECONOMIA	UEM	PR	4	-	-
ECONOMIA	UFF	RJ	5	5	-
ECONOMIA	PUC-RIO	RJ	6	6	-
ECONOMIA	FGV/RJ	RJ	7	7	-
ECONOMIA	FGV/RJ	RJ	-	-	5
ECONOMIA	IBMEC	RJ	-	-	5
ECONOMIA	UFRN	RN	3	-	-
ECONOMIA	UFRGS	RS	5	5	-
ECONOMIA	UFRGS	RS	-	-	5
ECONOMIA	PUC/RS	RS	4	-	-
ECONOMIA	UNISINOS	RS	3	-	-
ECONOMIA	UFSC	SC	3	-	-
ECONOMIA	USP	SP	6	6	-
ECONOMIA	USP/RP	SP	3	-	-

ECONOMIA	UNESP/ARAR	SP	4	-	-
ECONOMIA	PUC/SP	SP	4	-	-
ECONOMIA - SP	IBMEC-SP	SP	-	-	3
ECONOMIA APLICADA	UFV	MG	4	4	-
ECONOMIA APLICADA	UFJF	MG	3	-	-
ECONOMIA DA INDÚSTRIA E DA TECNOLOGIA	UFRJ	RJ	5	5	-
ECONOMIA DE EMPRESAS	FEAD	MG	-	-	3
ECONOMIA DE EMPRESAS	FGV/SP	SP	4	4	-
ECONOMIA DE EMPRESAS	FGV/SP	SP	-	-	4
ECONOMIA E GESTÃO EMPRESARIAL	SBI	RJ	-	-	4
ECONOMIA RURAL	UFC	CE	3	-	-

Quadro 6 – Programas de pós-graduação *stricto sensu* na área de Economia

M - Mestrado Acadêmico, D - Doutorado, F - Mestrado Profissional

Fonte: [www.capes.gov.br](http://www.capes.gov.br)

Na área econômica, a análise dos trabalhos permite identificar a seguinte situação: verifica-se a incidência de questões relacionadas ao desenvolvimento econômico regional. O quadro 7 apresenta as linhas de pesquisa identificadas com o tema:

Instituição	Linha de Pesquisa
PUC/RS	Desenvolvimento Regional
PUC/SP	Economia Regional, Agricultura e Meio Ambiente
UCB	Planejamento de Cidades
UEM	Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente
UFBA	Integração e Desenvolvimento Regional e Urbano
UFC	Crescimento e Desenvolvimento Econômico e Regional
UFMG	Economia Regional e Urbana
UFPE	Economia Regional e Urbana
UFPR	Economia Regional e Urbana
UFU	Economia e Diversidades Regionais
UNAMA	Políticas e Estratégias de Desenvolvimento Regional
UNICAMP	Economia Regional Gestão e Planejamento Urbano
USP	Economia Regional e Urbana
USP/ESALQ	Economia Urbana, Rural e Regional

Quadro 7 – Linhas de pesquisa relativas à temática do trabalho na área de Economia

Fonte: [www.capes.gov.br](http://www.capes.gov.br)

Novamente se verifica, como na área de Administração, um grande número de programas voltados para a análise de arranjos produtivos locais, *clusters*, ou demais formas de aglomerações produtivas. Entretanto, a grande maioria das abordagens a esses temas está focalizada em municípios do interior ou em áreas rurais, em cadeias agroindustriais.

A Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, possui uma linha de pesquisa denominada Economia Regional e Urbana. Nessa linha foi identificado um projeto de pesquisa que busca trabalhar a dinâmica urbana nas regiões metropolitanas brasileiras. Dentre os projetos de pesquisa desenvolvidos por essa Universidade pode-se destacar o CEDEPLAR, Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, voltado para estudos em Economia Regional e Urbana e Demografia. Esse Centro de Estudos desempenha suas atividades de pesquisa com o objetivo de efetuar uma análise locacional do desenvolvimento regional e da organização do espaço urbano, particularmente relacionada às economias de aglomeração. Desenvolve projetos de pesquisa com vistas à formulação de políticas de desenvolvimento regional e de organização do território, e a análise dos fatores aglomerativos e desaglomerativos das regiões metropolitanas brasileiras, com inferências sobre suas vantagens e competitividade.

Um dos projetos desenvolvidos pelo CEDEPLAR refere-se às perspectivas de desenvolvimento urbano para Belo Horizonte no século XXI. Visa preparar a região metropolitana para os desafios econômicos e sociais que se apresentarão no decorrer dos próximos anos. A base teórica sobre a qual se fundamenta o trabalho é bastante aderente ao referencial conceitual apresentado no capítulo 2. A região metropolitana é vista sob a perspectiva de uma economia de aglomeração cuja inserção na economia global se dará pela transformação em uma economia de conhecimento e aprendizado coletivo, na linha de pensamento defendida por Storper (1997). A produção e o acúmulo de conhecimento e inovação depende, no entanto, da capacidade de articulação entre os atores locais, e a competitividade da região é o resultado de um complexo arranjo de inter-relações e produção de capital cognitivo e social, num conceito próximo ao de *interdependências não comercializáveis*, de Storper (1997), que também se aproxima da questão das externalidades positivas abordadas no referencial. Trata-se de um trabalho cuja base teórica se situa muito próxima do arcabouço utilizado para conceituar a cidade-região.

Também a linha de pesquisa da UEM, Universidade Estadual de Maringá, intitulada Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente, se propõe a discutir as teorias sobre o desenvolvimento regional diante de um contexto nacional e internacional, dando suporte à implementação para políticas locais de desenvolvimento econômico. Faz uma avaliação das novas abordagens sobre o desenvolvimento regional frente à possibilidade de um novo paradigma. Dessa forma, aborda a conceituação de região, as teorias clássicas do desenvolvimento regional, e estabelece um foco no que denomina o novo debate regional. Trabalha as questões referentes a distritos industriais, arranjos e sistemas produtivos locais, redes, relações e dicotomia entre global e local, e sistemas de inovação, na perspectiva da possibilidade de um novo paradigma, do desenvolvimento endógeno.

As demais linhas de pesquisa, embora se dediquem aos temas da economia e desenvolvimento regional, o fazem focando aspectos particulares ou ainda tratando a questão regional a partir das teorias tradicionais acerca do desenvolvimento econômico.

Portanto, também na área de Economia os resultados da pesquisa indicam uma escassez de estudos acerca das cidades-região, e a análise sobre os fatores que podem explicar essa ausência do tema será melhor delineada no tópico sobre a discussão dos resultados.

#### 4.3 RESULTADOS NA ÁREA DE PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL

Na área de Planejamento Urbano e Regional, foram analisados 18 programas de pós-graduação *stricto sensu*, conforme o Quadro 8. Um único programa faz referência explícita às cidades, o programa intitulado “Planejamento Regional e Gestão de Cidades”, da Sociedade Brasileira de Instrução, SBI, de Campos dos Goytacazes (RJ).

GRANDE ÁREA: CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS					
ÁREA: PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL					
PROGRAMA	IES	UF	PROGRAMA		
			M	D	F
DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE URBANO	UNAMA	PA	3	-	-
DESENVOLVIMENTO E PLANEJAMENTO TERRITORIAL	UCGO	GO	3	-	-
DESENVOLVIMENTO REGIONAL	UNISC	RS	4	4	-
DESENVOLVIMENTO REGIONAL	FURB	SC	3	-	-
DESENVOLVIMENTO REGIONAL	UNC	SC	3	-	-
DESENVOLVIMENTO REGIONAL E AGRONEGÓCIO	UNIOESTE	PR	3	-	-
DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO	UNIFACS	BA	4	4	-
DESENVOLVIMENTO URBANO	UFPE	PE	5	5	-
ESTUDOS POPULACIONAIS E PESQUISAS SOCIAIS	ENCE	RJ	4	-	-
GESTÃO URBANA	PUC/PR	PR	3	-	-
MESTRADO INTEGRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL	UNIFAP	AP	3	-	-
PLANEJAMENTO AMBIENTAL	UCSAL	BA	-	-	3
PLANEJAMENTO REGIONAL E GESTÃO DE CIDADES	SBI	RJ	-	-	3
PLANEJAMENTO TERRITORIAL E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	UCSAL	BA	4	-	-
PLANEJAMENTO TERRITORIAL E DESENVOLVIMENTO SÓCIO-AMBIENTAL	UDESC	SC	-	-	3
PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL	UFRJ	RJ	6	6	-
PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL	UFRGS	RS	5	4	-
PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL	UNIVAP	SP	3	-	-

Quadro 8 – Programas de Pós-graduação *stricto sensu* na área de Planejamento Urbano e Regional

M - Mestrado Acadêmico, D - Doutorado, F - Mestrado Profissional

Fonte: [www.capes.gov.br](http://www.capes.gov.br)

Assim como nas outras áreas verificadas, o tema referente à gestão das cidades-região permanece à margem do conhecimento produzido na área, pois os aspectos relativos à gestão, quando abordados, não tratam a cidade numa dimensão global, atendo-se a aspectos relacionados muito mais à gestão pública e à administração municipal. Entretanto, alguns programas tratam a questão do desenvolvimento regional e urbano. O quadro 9 apresenta uma relação de

programas que, após a análise do conteúdo, resultaram como contribuições para o desenvolvimento da pesquisa.

Instituição	Linhas de pesquisa
SBI	Desenvolvimento Regional Gestão de Cidades
UNIFACS	Processo de Desenvolvimento Regional Planejamento e Gestão Urbana Processos Urbanos Regionais
UFPE	Planejamento e Gestão Urbana
UFPR	Planejamento e Gestão Urbana Governança e Redes Urbanas Planejamento Urbano e Regional Sustentabilidade Urbana
UFRJ	Planejamento e Estruturação Urbana e Regional Planejamento, Meio Ambiente e Tecnologia

QUADRO 9 – Linhas de pesquisa relacionadas à temática do trabalho, na área de Planejamento Urbano e Regional.

Fonte: [www.capes.gov.br](http://www.capes.gov.br)

O programa de Desenvolvimento Regional e Urbano, da Universidade da Cidade de Salvador, UNIFACS, possui uma área de concentração intitulada Desenvolvimento Regional, na qual as linhas de pesquisa buscam analisar aspectos relativos à formação de novas regiões e à economia regional. Uma outra área de concentração, Desenvolvimento Urbano e Redes de Cidades, analisa os processos de produção e transformação de cidades de grande e médio porte e o seu significado na estruturação de novas regiões. Uma outra linha de pesquisa, intitulada Planejamento e Gestão Urbana, abrange questões referentes à cidade, ao planejamento e à gestão urbana, sob a ótica das transformações que ocorreram nas cidades, vistas tanto sob um contexto global quanto sob um contexto local, em

decorrência da globalização e da reestruturação produtiva. Também aborda a questão das cidades mundiais e redes globais de cidades. Embora não adote o termo cidade-região, o processo de aglomeração em torno de um núcleo urbano, fomentando o desenvolvimento do entorno territorial, constitui um conceito próximo ao da cidade-região, principalmente consideradas a questão da inserção nas redes globais. Com relação ao processo de gestão das cidades, o programa trata de descentralização político-administrativa, gestão compartilhada e empreendedorismo no planejamento e gestão das cidades, aproximando-se muito dos conceitos de governança e regulação local. Embora não haja referência a uma abordagem sistêmica da cidade, trata-se de um programa com conteúdo que se aproxima do referencial apresentado.

O programa de Gestão Urbana, da Universidade Federal do Paraná, UFPR, trata em suas linhas de pesquisa das questões relativas à governança e redes urbanas, e ao planejamento urbano e regional. O foco se concentra nas relações entre redes urbanas de tecnologia e infra-estruturas e as redes sociais, num processo que leva ao surgimento de governança. Também há uma linha de pesquisa destinada ao estudo da sustentabilidade urbana, a partir de uma gestão e um planejamento que consideram a possibilidade de exaustão dos recursos naturais disponíveis no território.

O programa Planejamento Regional e Gestão de Cidades, da instituição SBI, apresenta uma linha de pesquisa voltada para a gestão das cidades. Entretanto, a linha é voltada para práticas gerenciais acerca do controle de uso do solo, à gestão de serviços públicos e à cooperação entre os setores público e privado. Trata-se de um foco em questões específicas, e também não contempla a cidade como um sistema, nem aborda questões relativas a cidades-região.

Já na Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, o programa Planejamento Urbano e Regional contempla duas linhas de pesquisa, Planejamento e Estruturação Urbana e Regional e Planejamento, Meio Ambiente e Tecnologia. São linhas que situam o espaço urbano no contexto de um processo de redefinição de lugares e das relações inter-escalares, envolvendo os níveis local, regional, nacional, e mundial ou global.

Um dos projetos de pesquisa desse programa é o Observatório das Metrôpoles, um grupo de pesquisa que reúne instituições e pesquisadores dos campos universitário, governamental e não governamental, e que tem como objetivo

avaliar as mudanças no processo de metropolização do país, e pelo estudo das aglomerações urbanas, buscando o fortalecimento institucional dos atores sociais e gestores de políticas públicas no enfrentamento de questões que afligem as regiões metropolitanas, como a dinâmica de reprodução das desigualdades sociais e da pobreza.

A área de Planejamento Urbano e Regional também apresenta uma abordagem escassa do tema referente às cidades-região. Os problemas de gestão urbana e regional são estudados dentro das teorias tradicionais vigentes, não incorporando as linhas de pensamento mais recentes e que introduzem novos conceitos para as cidades e uma nova abordagem econômica do desenvolvimento local e regional.

#### 4.4 RESULTADOS NA ÁREA DE GEOGRAFIA

Na análise do Referencial teórico, percebeu-se uma importância da Geografia, mais especificamente da área da Geografia Econômica, na conceituação da cidade-região, na análise da reprodução das atividades econômicas no espaço e nos fatores locacionais envolvidos no processo de aglomeração. Em vista da contribuição de autores, como Storper (1997), Scott (1998) e Krugman (1995) verificou-se que a Geografia poderia ter contribuição relevante na formação do arcabouço multidisciplinar que busca explicar o fenômeno da cidade-região. Por essa razão, também essa área do conhecimento foi incluída na pesquisa. Foram verificados os 33 programas de Geografia da relação de cursos autorizados pela CAPES.

Entretanto, a análise dos programas da área de Geografia demonstrou também uma ausência de trabalhos voltados para a área econômica e com foco em cidades-região ou em regiões metropolitanas. Algumas poucas instituições possuem linhas de pesquisa que guardam alguma relação com o tema.

A FUNECE, Fundação Universidade do Estado do Ceará, apresenta uma linha de pesquisa denominada Território, Sociedade e Cultura, cuja descrição propõe a análise dos processos de urbanização, regionalização e metropolização

com enfoques também sobre cidades médias e sobre as novas territorialidades urbanas. Há um projeto de pesquisa voltado para as cidades médias.

GRANDE ÁREA: CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS					
ÁREA: ECONOMIA					
PROGRAMA	IES	UF	PROGRAMA		
			M	D	F
AMAZÔNIA E POLÍTICAS DE GESTÃO TERRITORIAL	UNIR	RO	3	-	-
GEOGRAFIA	UFBA	BA	3	-	-
GEOGRAFIA	UFC	CE	3	-	-
GEOGRAFIA	FUNECE	CE	4	-	-
GEOGRAFIA	UNB	DF	3	-	-
GEOGRAFIA	UFG	GO	4	4	-
GEOGRAFIA	UFMG	MG	5	5	-
GEOGRAFIA	UFU	MG	4	4	-
GEOGRAFIA	UFMS	MS	3	-	-
GEOGRAFIA	UFMT	MT	3	-	-
GEOGRAFIA	UFPA	PA	3	-	-
GEOGRAFIA	UFPB/JP	RN	3	-	-
GEOGRAFIA	UFPE	PE	4	4	-
GEOGRAFIA	UFPR	PR	4	4	-
GEOGRAFIA	UEM	PR	4	-	-
GEOGRAFIA	UEPG	PR	3	-	-
GEOGRAFIA	UFRJ	RJ	6	6	-
GEOGRAFIA	UFF	RJ	5	5	-
GEOGRAFIA	UERJ	RJ	3	-	-
GEOGRAFIA	UFRN	RN	3	-	-
GEOGRAFIA	UFRGS	RS	5	4	-
GEOGRAFIA	UFSM	RS	3	-	-
GEOGRAFIA	FURG	RS	3	-	-
GEOGRAFIA	UFSC	SC	5	5	-
GEOGRAFIA	FUFSE	SE	3	3	-
GEOGRAFIA	UNICAMP	SP	4	4	-
GEOGRAFIA	UNESP/PP	SP	6	6	-
GEOGRAFIA	UNESP/RC	SP	4	4	-
GEOGRAFIA	PUC/SP	SP	3	-	-
GEOGRAFIA (GEOGRAFIA FÍSICA)	USP	RS	5	5	-
GEOGRAFIA (GEOGRAFIA HUMANA)	USP	RS	6	6	-
GEOGRAFIA, MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO	UEL	PR	3	-	-
TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO ESPACIAL	PUC/MG	MG	4	4	-

Quadro 10 – Programas de pós-graduação *stricto sensu* na área de Geografia

M - Mestrado Acadêmico, D - Doutorado, F - Mestrado Profissional

Fonte: www.capes.gov.br

A Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, também apresenta uma linha de pesquisa relativa à produção, organização e gestão do espaço. A linha objetiva analisar as formas de organização e os processos de planejamento e gestão das cidades e regiões, especialmente as metropolitanas. Dentre os projetos de pesquisa, um deles se destaca por fazer uma análise da própria produção da UFMG nas áreas de Urbanização e Metropolização.

A Universidade Federal do Pará, UFPA, apresenta uma linha de pesquisa denominada Gestão Urbana e Regional, na qual se estuda a formação e a dinâmica de redes urbanas regionais e as estratégias de desenvolvimento regional, mas apresenta um foco mais voltado para a repercussão dessas estratégias na organização e a gestão do espaço intra-urbano. Dentre os projetos de pesquisa da Universidade, também há uma participação no projeto Observatório das Metrôpoles, coordenado pela UFRJ.

A mesma UFRJ possui linhas de pesquisa voltadas para a organização e gestão do território, espaço e dinâmicas urbanas e regionais, e desenvolvimento, ambiente e território. Também apresenta um projeto de pesquisa denominado: A Cidade, Território Produtivo: redes, cooperações e governanças. Trata-se de uma análise das novas funcionalidades produtivas da cidade na globalização, com foco na comparação sobre cidades portuárias do Brasil e da França.

Já a Universidade de São Paulo, no programa de Geografia Humana, apresenta linhas de pesquisa voltadas para a questão urbana: Sociedade Urbana: Metrôpole e Território, Reprodução do espaço urbano, Questões territoriais metropolitanas e Território, Economia e Desenvolvimento Regional, onde se desenvolvem pesquisas voltadas às questões urbanas no Brasil e nas metrôpoles latino-americanas.

Nos trabalhos analisados pode se verificar a ausência de abordagem da cidade-região, ou mesmo da percepção das regiões metropolitanas de uma forma sistêmica.

#### 4.5 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A análise dos resultados da pesquisa indica o pouco interesse demonstrado, no âmbito da Universidade brasileira, no campo das ciências sociais aplicadas e da Geografia, pelo tema da gestão das cidades-região.

No capítulo 3, referente à metodologia, foi definido um conjunto de temas que deveriam orientar a investigação nas linhas de pesquisa dos programas de pós-graduação *stricto sensu*, como categorias de dados a serem identificados:

1. o primeiro tema se referia à cidade-região. A pesquisa demonstrou que o termo cidade-região, na forma conceituada por Klink (2001) e Scott *et al* (2002), praticamente inexistente na produção da área acadêmica nas ciências sociais aplicadas. Existe uma abordagem com referência às regiões metropolitanas, embora também com um alcance limitado. Boa parte das referências às regiões metropolitanas se dá através de estudos dos processos econômicos e sociais que ocorrem nas regiões. Entretanto, a região metropolitana em si, tomada como um fenômeno econômico e social passível de ser estudado, recebe uma abordagem muito limitada na produção acadêmica.

Na área da Administração se verificou a situação de ausência de referências ao tema de forma mais acentuada. De uma forma geral, os programas dessa área estão muito voltados para aspectos como processos organizacionais, estratégias competitivas, tecnologia e inovação, dentro de uma lógica muito mais interna às empresas ou ao *cluster* em que estão inseridas, numa perspectiva que leva pouco em conta a questão da localização dentro de um ambiente mais amplo que é a cidade.

Na área de Economia, as referências também são muito escassas. Existem apenas 15 linhas de pesquisa que abordam temas relacionados a questões urbanas, não propriamente as cidades, e principalmente as cidades-região. Percebe-se na área de Economia uma grande preocupação acadêmica com o desenvolvimento regional, mas muito mais sob uma perspectiva de alternativas para promover o desenvolvimento de pequenas cidades e regiões do que propriamente um processo que analise o desempenho das grandes cidades como unidades econômicas relevantes na economia.

Na área de Planejamento Urbano e Regional, que possui apenas 18 programas de pós-graduação *stricto sensu*, embora também não tenha sido encontrado o tema específico referente à cidade-região, existem programas, como o da UNIFACS de Salvador, cuja abordagem da questão das cidades se aproxima do conceito na forma como elaborado no referencial teórico. De uma forma geral, os programas dessa área situam as cidades em uma abordagem de redes, e também fazem referências a redes globais de cidades. Também se verificam preocupações com relação à sustentabilidade e à gestão e planejamento urbano integrados, além de questões relacionadas a processos de governança. Trata-se de área que apresentou uma abordagem mais multidisciplinar da questão das cidades.

A área da Geografia, no campo das ciências humanas, conta com um pequeno número de programas com uma abordagem da questão das cidades e das regiões metropolitanas. Foram encontrados 5 programas, de um total de 33, com uma análise mais específica das regiões metropolitanas. Não foram encontradas na investigação dos programas da área de Geografia referências à questão das cidades-região, na forma como definida no referencial conceitual.

2. O segundo tema dado como objeto de investigação foi o tema das economias de aglomeração, particularmente os Arranjos produtivos locais, *clusters* ou sistemas locais de inovação. Trata-se de um tema presente na maior parte dos programas, principalmente nas áreas de Administração e Economia. Entretanto, a sua inclusão como um tema relevante para a pesquisa se deveu à visão da cidade-região como um todo, como uma unidade de produção econômica na qual os processos produtivos se organizam na forma de aglomerações de empresas e atividades. A profusão de estudos envolvendo os arranjos produtivos, no entanto, é deslocada dessa referência espacial de localização na cidade ou na região metropolitana.

Evidentemente que o aspecto locacional é fator primordial na análise de arranjos produtivos, como observa Meyer-Stamer (2001), porém o processo de vantagens de localização dentro de uma aglomeração é referente à competitividade que pode ser alcançada pela empresa, tanto individualmente como sendo parte da aglomeração.

Assim, os estudos desenvolvidos nas áreas de Administração e Economia privilegiam a questão da competitividade, das vantagens de localização dentro do arranjo e da participação nas cadeias produtivas. A visão global acerca dos estudos nessas áreas é de que as aglomerações e arranjos produtivos estão se configurando numa nova panacéia para a questão do desenvolvimento regional, o que evidentemente é uma questão importante, mas o desenvolvimento requer um processo de integração entre as atividades produtivas e a sociedade, conforme se verificou no referencial conceitual na questão da produção de externalidades.

Dowbor (2006) alerta para a necessidade de que o desenvolvimento incorpore todo o conjunto da sociedade, e que a cidade, no seu processo produtivo, se preocupe com a questão da sua sustentabilidade. Uma visão voltada apenas para os aspectos empresariais dos arranjos produtivos não contribui para a compreensão da região ou da cidade como um sistema econômico sustentável.

3. O terceiro tema para investigação foi o conceito de desenvolvimento econômico local. Também se trata de um assunto presente em todas as áreas pesquisadas. A preocupação com o desenvolvimento econômico é um assunto urgente e necessário em um país com as carências que o Brasil apresenta. A forma como o assunto é abordado é variada, dentro principalmente da perspectiva do desenvolvimento econômico local como alternativa de inclusão. Muitos programas adotam linha programática por meio de estudos acerca da economia solidária, de construção de alternativas de desenvolvimento regional sustentável, na qual o tema é muitas vezes vinculado à opção econômica pelos Arranjos Produtivos Locais.

Também se pode destacar a questão da sustentabilidade ambiental vinculada ao processo de desenvolvimento econômico, assunto bastante abordado nas áreas de Planejamento Urbano e Regional e Geografia.

Na área de Economia, no entanto, a abordagem da questão do desenvolvimento passa por uma linha de pensamento mais tradicional, e com um foco voltado para alternativas de desenvolvimento que contribuam sobretudo para a superação de desigualdades regionais. Trata-se de uma visão mais focada na superação da pobreza. Nesse aspecto, as cidades-região são de certa forma negligenciadas, pois são regiões “desenvolvidas”, e de fato o são, porém, as disparidades econômicas e sociais no âmbito do território de uma cidade-região são flagrantemente e resultam na crise social pela qual estão passando.

4. Quanto aos temas relacionados a bens públicos e governança, o fato é que a visão de bens públicos, principalmente na forma de infra-estruturas compartilhadas, não encontra amparo no conteúdo programático da pós-graduação nas áreas pesquisadas. Já a governança é um assunto muito abordado na área de Administração, sob a forma corporativa. Existem trabalhos, nas demais áreas, focando aspectos relativos à governança e à formação de capital social, que constituem formas de ação coletiva e social cuja aplicação se dá desde o pequeno município da zona rural até uma metrópole como São Paulo. A governança é um dos ingredientes que compõe a “receita” de uma cidade-região, mas os estudos localizados também focalizam aspectos particulares ou casos específicos, e não se encontrou uma abordagem ampla que compreendesse toda a complexidade de uma cidade-região ou de uma região metropolitana.

5. Uma das idéias centrais na fundamentação da cidade-região foi a percepção de um espaço de produção de externalidades. Dowbor (2006) sugere a idéia da cidade como um espaço de produção de externalidades e acumulação econômica, porém Storper (1997) apresenta uma argumentação que pode ser interpretada da mesma forma, quando formula a idéia de “mundos regionais de produção”, fundamentados num conceito que o autor considera que está além da externalidade, e que ele denomina “undertraded interdependencies”, ou interdependências não comercializáveis, dentro de um processo regional de aprendizado. Neste trabalho busca-se uma visão mais simples, apenas verificando se o conceito de externalidade está incorporado no conhecimento acadêmico no que se refere ao espaço urbano ocupado por uma infinidade de atores sociais e econômicos exercendo suas atividades com motivações próprias.

A ausência de referências às cidades, e mais particularmente às cidades-região, como objeto de estudo acadêmico nas áreas pesquisadas obviamente implica também na ausência de referências ao termo externalidade na forma como definido neste trabalho. Entretanto, não se trata de um conceito deixado à margem do conhecimento, uma vez que, de forma mais ou menos explícita, é considerado um elemento importante na configuração de arranjos produtivos locais, especificamente na difusão de conhecimentos e aprendizagem.

O principal objetivo do trabalho consistiu em verificar o conteúdo programático da pós-graduação brasileira no campo das ciências sociais aplicadas, no que se refere à possível contribuição para a compreensão do problema que se configura na gestão das cidades-região.

Produziu-se um quadro referencial no qual a cidade-região aparece como resultado de um movimento de aglomeração de população e de atividades produtivas, o que, em função da proximidade, introduz uma série de relacionamentos e interações entre os atores econômicos e sociais. As atividades de um determinado ator produzem efeitos não controlados, que podem ser apropriados em benefício de outros atores locais, mas que não podem ser incorporados por mecanismos de mercado, as denominadas externalidades.

A proximidade de um grande contingente humano em um território limitado também produz a necessidade de um compartilhamento de infra-estrutura e do espaço, produzindo o que se denominam bens públicos. Dessa maneira se

configurou um quadro referencial tendo a cidade-região como espaço de aglomeração econômica e demográfica, um espaço de acumulação econômica, cujo conjunto de inter-relações coloca uma série de questões relativas à gestão.

Esse quadro referencial configura um arcabouço teórico que busca fornecer explicações para a ocorrência de determinados fenômenos, explicações essas que por vezes estão exigindo uma nova interpretação para muitas das teorias vigentes.

Tome-se o caso das aglomerações de empresas, mais conhecidas como arranjos ou sistemas produtivos locais. Embora observadas há mais de um século por Marshall (1981), as aglomerações surgiram com força no cenário mundial a partir da década de 1970, particularmente na Itália (PIKE e SENGENBERGER, 2002), e nos Estados Unidos, Vale do Silício (PORTER, 1999), como uma espécie de contrapartida à falência do modelo fordista de produção, e incorporaram uma série de inovações tecnológicas, organizacionais, locacionais e mesmo relacionais, que seguramente constituíram novidades relativamente aos padrões vigentes. As inovações trazidas por esse novo modo de produção despertaram a atenção de muitos cientistas, que passaram a estudar o fenômeno e introduzir no debate acadêmico uma série de conceitos inovadores. Da mesma forma, outros grupos de estudiosos apenas incorporaram os arranjos produtivos na ótica dos padrões esperados pelos modos de produção e acumulação tradicionais na economia capitalista.

Assim, as aglomerações de empresas tem sido empregadas, principalmente no Brasil, como estratégia de desenvolvimento local ou regional, muitas vezes descaracterizadas em razão da maneira como são implementadas, desconectadas do entorno e do ambiente local. Por isso a afirmação anterior de que os arranjos produtivos estão sendo vistos como uma panacéia para o desenvolvimento local e regional, uma suposição cuja comprovação exigiria uma investigação empírica.

Entretanto, o modo como o conceito é estudado ou aplicado está relacionado à idéia que se tem do próprio conceito de desenvolvimento econômico. Ainda é muito arraigada, tanto na academia como nos círculos políticos e governamentais, a idéia do nacional-desenvolvimentismo e seus conceitos de desenvolvimento autônomo e distributivista. Tal fato impede que tomem forma idéias

de um desenvolvimento baseado em regiões dinâmicas e integradas à economia mundial, e sobretudo que esse processo se dê de maneira endógena e localizada.

A noção de desenvolvimento econômico, e isto pode ser verificado na grande maioria das linhas de pesquisa investigadas, tem um caráter de superação de desequilíbrios regionais, de impulso ao desenvolvimento de regiões atrasadas. É um modelo que negligencia as cidades-região e as regiões metropolitanas, e há que se perguntar se não há relação entre a pequena percepção de um novo conjunto teórico de idéias acerca da cidade nos meios acadêmicos e a situação de caos econômico e social que aflige a maior parte das grandes cidades brasileiras.

Quanto aos objetivos específicos, procurou-se descrever o papel das cidades e regiões no mundo contemporâneo, dentro do campo das ciências sociais aplicadas, destacando a emergência do fenômeno, não apenas como alternativa de políticas públicas, mas dentro do próprio processo de adaptação histórica dos Estados-Nação aos novos tempos da economia globalizada.

Também foi descrita a evolução histórica e conceitual do fenômeno, a partir da acentuada urbanização aliada à configuração espacial própria do modo de produção e acumulação capitalista em evidência na segunda metade do século XX, denominado fordista ou de produção em massa. Posteriormente, a partir da década de 1970, a reestruturação produtiva e a globalização provocaram uma crise nas grandes cidades industriais, e a análise das alternativas para superar essa crise resultaram na concepção de um arcabouço teórico que dá suporte ao conceito de cidade-região.

Quanto às principais questões envolvendo as cidades-região, a contribuição de alguns autores proporcionou a idéia da cidade-região como um espaço de produção de externalidades e de bens públicos, e de um espaço de acumulação econômica cuja gestão requer um esforço para superação dos conflitos de ação coletiva, ensejando a organização de mecanismos de governança.

Finalmente, a partir do referencial conceitual elaborado, foi possível delinear um quadro teórico com uma visão ampla do fenômeno da cidade-região. Uma vez verificado o conteúdo programático dos programas da pós-graduação *stricto sensu* nas disciplinas de Administração, Economia, Planejamento Urbano e Regional e Geografia, na área das ciências sociais aplicadas, obteve-se um resultado a partir do qual se pode afirmar que o tema referente às cidades-região é tratado por um número restrito de instituições. De um total de 176 programas nas

referidas áreas, foram encontradas linhas de pesquisa que se aproximaram do quadro teórico apresentado em apenas 4 programas das Universidades UFMG, UEM, UNIFACS e UFRJ. Dessa forma, evidencia-se que o tema é pouco explorado e pouco estudado no país, frente à situação em que se apresentam as grandes cidades brasileiras.

## 5. CONCLUSÕES

Neste capítulo serão apresentadas as conclusões acerca da pesquisa, suas limitações, considerações e levantamento de hipóteses, e sugestões para novas pesquisas. A grande questão levantada pelo problema de pesquisa se relacionava ao alcance do tema referente à gestão das cidades-região, no contexto da Universidade brasileira, notadamente nos programas de pós-graduação *stricto sensu*, fontes de produção acadêmica de excelência.

Sendo assim, procedeu-se uma sistemática análise teórica e conceitual do fenômeno conhecido como cidade-região, evidenciando suas principais características e indicando os pontos passíveis de uma investigação na produção científica brasileira. A cidade-região foi caracterizada sobretudo como um fenômeno cuja compreensão transcende o alcance de apenas uma área do conhecimento, como a Administração ou a Economia. Sua compreensão requer a concorrência da contribuição de diversas áreas do conhecimento, pois como resultado da aglomeração de população e de atividades produtivas, os conceitos clássicos da Economia e da Administração são dados como insuficientes para o entendimento das interações resultantes da proximidade de um grande conjunto de atores econômicos e sociais. A cidade-região, na visão de Storper (1997) configura um estoque de ativos relacionais. Esse capital relacional será tanto mais forte quanto mais intensas forem as interações no interior da região. Assim como a cidade-região se baseia nas relações entre os atores locais, a própria explicação do fenômeno exige uma relação entre múltiplas áreas do conhecimento, o que resulta na visão de Markusen (2002), de que a cidade-região é um problema de caráter multidisciplinar.

Os resultados da pesquisa evidenciaram duas questões importantes. Primeiramente, e com relação ao objetivo principal da pesquisa, constatou-se a ausência de uma abordagem multidisciplinar para a questão das cidades-região.

Uma outra questão, no entanto, que certamente também explica a primeira mas surge como um resultado não esperado da própria pesquisa, é a quase inexistência de referência às cidades no conjunto dos programas de pós-graduação referentes às áreas pesquisadas. De certa forma, embora a questão da abordagem multidisciplinar fosse considerada um tema cuja ocorrência no universo da pesquisa fosse pouco expressiva, o que foi evidenciado pela investigação, esperava-se no

entanto, encontrar um volume expressivo de produção relacionada ao tema das cidades.

Existe uma abordagem de questões econômicas e sociais relativas ao ambiente urbano, mas falta claramente uma visão sistêmica acerca da cidade. E é precisamente a falta de uma visão da cidade como um sistema o fator principal que impede a observação das inter-relações que envolvem uma ampla gama de variáveis econômicas e sociais presentes, dificultando a percepção da necessidade de uma abordagem multidisciplinar do problema.

## 5.1 LIMITAÇÕES DA PESQUISA

A pesquisa limitou-se a uma investigação documental, buscando evidenciar o alcance do tema referente à gestão das cidades-região na produção acadêmica da área de ciências sociais aplicadas, mais a Geografia, na Universidade brasileira. Tratou-se de uma investigação exploratória, que longe da pretensão de esgotar o problema, buscou uma primeira abordagem do assunto, o que, mediante os resultados obtidos abre um amplo campo para a formulação de hipóteses e para o encaminhamento de novas possibilidades de pesquisa.

A investigação limitou-se ao universo dos programas de pós-graduação *stricto sensu*, na área das ciências sociais aplicadas, contando no entanto com a contribuição oriunda da Geografia, principalmente pelas contribuições possíveis da área da Geografia Econômica. A opção por essa limitação se justificou pelo fato de que a produção acadêmica resultante de referidos programas constitui conhecimento científico de excelência. É evidente que existem instituições de pesquisa no país que se dedicam à questão urbana com grande ênfase, principalmente nas regiões metropolitanas, como por exemplo O Instituto POLIS, o IBAM, Instituto Brasileiro de Administração Municipal, o IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, entre outras instituições nacionais e internacionais e organismos de fomento. A opção por um recorte abordando apenas a Universidade se deveu mais às limitações do próprio pesquisador quanto à disponibilidade para dedicação à pesquisa.

Numa escala de tempo, a investigação também se limitou a verificar os dados constantes da última avaliação da CAPES, datada de 2004, a fim de que os resultados pudessem se apresentar o mais contemporâneos possíveis.

## 5.2 LEVANTAMENTO DE HIPÓTESES

A cidade-região constitui um fenômeno recente no cenário mundial. A sua observação começa a ocorrer a partir da década de 1970, quando a crise resultante do aumento dos preços do petróleo, novas tecnologias de produção com reestruturação produtiva e desemprego, e a incerteza como consequência da liberalização dos mercados financeiros, lançou um grande número de cidades ao redor do mundo em um processo de decadência econômica e social, de onde algumas cidades conseguiram emergir pela aplicação de uma receita de desenvolvimento econômico muito diferente das abordagens tradicionais.

Essas novas formas de desenvolvimento começaram a ser estudadas em todo o mundo, com maior ênfase principalmente a partir da década de 1990, com o estudo dos distritos industriais italianos, do Vale do Silício e de outras regiões do mundo, além do fato de a ONU também passar a considerar a importância das cidades no tratamento da problemática social, com a convocação da Conferência sobre o Habitat, em 1996, na cidade de Istambul. Portanto, mesmo em nível mundial, a construção de um arcabouço teórico relativo às cidades-região ainda é muito recente.

Mas a presença dessas cidades no cenário mundial, e sua força econômica, provocam uma discussão sobre muitas novas questões, para as quais as teorias tradicionais nos campos econômico e social tem encontrado dificuldades em oferecer respostas, o que supõe um campo fértil para a formulação de hipóteses. Diante de referida argumentação e tendo-se em conta os resultados da pesquisa, há que se questionar porque o tema ainda recebe um tratamento restrito no âmbito da Universidade brasileira.

O principal resultado da pesquisa indica que não há análise do objeto de pesquisa que é a cidade-região. Uma primeira hipótese a ser considerada para explicar essa ausência seria a falta de interdisciplinaridade nos programas de pós-

graduação *stricto sensu* da Universidade brasileira. A cidade-região foi definida como um fenômeno cuja explicação requer um conhecimento compartilhado que englobe a Economia, a Administração, o Planejamento Urbano e Regional, a Geografia, e também a Sociologia e a Ciência Política. Talvez o tema referente à cidade devesse compreender uma área própria de pesquisa, requisitando a contribuição multidisciplinar envolvendo as demais disciplinas.

Uma segunda hipótese pode estar relacionada ao tamanho e à importância atribuída ao Estado-Nação. Embora as regiões metropolitanas e as grandes cidades brasileiras concentrem quase 80% da população, e também os problemas, a principal referência em termos políticos e de gestão pública ainda é o Estado-Nação. Ribeiro (2004) considera as regiões metropolitanas brasileiras “orfãs” de interesse político, num momento em que os problemas acumulados assumem crescente relevância social e econômica, e dessa forma se evidencia o fato de que as estruturas de gestão não estão adequadas a essa nova realidade. Isto configuraria uma espécie de “inércia” da adequação do arcabouço teórico diante do peso e da importância atribuídos ao Estado-Nação relativamente às cidades.

Uma última hipótese para a ausência do objeto de pesquisa refere-se às dificuldades para o surgimento, de forma consistente no meio acadêmico brasileiro, do paradigma envolvendo a cidade-região e a Regionalidade. A Universidade brasileira está alheia a essa discussão ou encontra-se envolta num universo de conceitos que cria obstáculos ao surgimento de novas idéias. Mesmo o tema do desenvolvimento econômico carece de uma formulação teórica adequada, que sustente um projeto de país. Um olhar para o passado revela um projeto nacional-desenvolvimentista, que ainda move um parcela da intelectualidade brasileira, tanto de pensamento mais à esquerda como da direita, se é que esses conceitos ainda possuem algum significado. O presente mostra o desmonte do projeto nacional-desenvolvimentista diante da necessidade de adequação à economia mundial, sem que isso tenha resultado no entanto na idealização de um novo projeto de desenvolvimento. A Universidade se prende a essa questão em um momento no qual o mundo está mudando rapidamente e demanda novas respostas, enquanto o Brasil patina na falta de uma visão acerca de seu próprio destino por falta de um debate consistente sobre como deve ser o desenvolvimento econômico. Assim, idéias que ganham força e cuja aplicação produz resultados ao redor do mundo,

como os conceitos relacionados à cidade-região e à Regionalidade, permanecem à margem do debate acadêmico no Brasil.

### 5.3 SUGESTÕES PARA TRABALHOS FUTUROS

Uma vez constatada a situação referente à abordagem do tema da gestão das cidades-região, conforme os objetivos da pesquisa, novas propostas de trabalho podem ser elaboradas. Primeiramente, a possibilidade de uma pesquisa que buscasse as causas de tão pouco envolvimento acadêmico na questão das cidades-região, entrando na questão de maneira mais profunda em uma pesquisa de campo.

Outra possibilidade de pesquisa seria identificar que tipo de instituições trata desse tema no país, estudar a sua produção e suas interações com o universo acadêmico.

A cidade-região também poderia ser abordada sob a ótica dos poderes públicos, na visão das empresas acerca da cidade como um sistema de acumulação econômica, enfim, existe um amplo leque de possibilidades que justifiquem a investigação do fenômeno das cidades-região. Até mesmo a evolução teórica do conceito abre um campo interessante e desafiador para a pesquisa.

Neste trabalho, em face das limitações já expostas, a abordagem do tema relativo à gestão das cidades-região correspondem apenas a um primeiro olhar sobre a questão, que entretanto revela uma riqueza de possibilidades teóricas que dizem respeito ao ambiente em que vivem hoje a grande maioria das pessoas. Compreender esse fenômeno e explorar todas as suas possibilidades teóricas e aplicações práticas representa uma grande contribuição, pois é algo que diz respeito à vida e ao cotidiano de cada um, cidadãos convivendo no *habitat* urbano por excelência neste século XXI, as cidades.

## 6. REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. Território e Poder – a política das escalas. In: FISCHER, Tânia (org). *Gestão do Desenvolvimento Poderes Locais: marcos teóricos e avaliação*. Salvador, Casa da Qualidade, 2002. 344p.

AMARAL FILHO, Jair do. A Endogeneização no Desenvolvimento Econômico Regional e Local. *Planejamento e Políticas Públicas*, IPEA, nº 23, junho de 2001. Disponível em <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em 07.04.2005.

BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. 3.a edição. Lisboa, Edições 70, 2004. 223p.

BORJA, Jordi. As cidades e o planejamento estratégico: uma reflexão européia e latino-americana. In: FISCHER, Tânia (org). *Gestão Contemporânea: Cidades Estratégicas e Organizações Locais*. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996. p79-100.

BORJA, Jordi. CASTELLS, Manuel. *Local y Global, LA Gestión delas ciudades em la era de la información*. United Nations for Human Settlements. Madri, Santillana de Ediciones, 1997.

CASTELLS, Manuel. *A Sociedade em Rede*. 6.a edição. São Paulo, Editora Paz e Terra, 1999. 698p.

DANIEL, Celso Augusto. Ação política e diversidade de atores no universo social urbano. In: GONÇALVES, Flora; BRANDÃO, Carlos Antonio; GALVÃO, Antonio Carlos. *Regiões e cidades, cidades nas regiões: o desafio urbano-regional*. São Paulo, Editora UNESP: ANPUR, 2003.

DOWBOR, Ladislau. *Democracia Econômica: no horizonte das teorias*. Disponível em <http://www.dowbor.org.br>.

FISCHER, Tânia (org). *Gestão Contemporânea: Cidades Estratégicas e Organizações Locais*. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996. 208p.

\_\_\_\_\_. *Gestão do Desenvolvimento e Poderes Locais*. Salvador, Casa da Qualidade, 2002. 344p.

FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. *Análise de Conteúdo*. Brasília, Plano Editora, 2003. 72p.

FRIEDMANN, John. *Empowerment: the politics of alternative development*. Blackwell, Cambridge, 1992.

FURTADO, Celso. *Em busca de novo modelo: reflexões sobre a crise contemporânea*. São Paulo, Editora Paz e Terra, 2002. 101p.

GIL, Antonio Carlos. *Como Elaborar Projetos de Pesquisa*. 4.a edição. São Paulo, Editora Atlas, 2002. 175p.

GIL, Antonio Carlos; GARCIA, Carla Cristina; KLINK, Jeroen. Região, Regionalismo e Regionalidade. *Cadernos de Pesquisa Pós-Graduação/IMES*. São Caetano do Sul, nº 9, 2º semestre 2003.

GODOY, Arilda Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. *Revista de Administração de Empresas*, v. 35, nº 2, p.57-63. São Paulo, Mar/Abr 1995.

\_\_\_\_\_. Pesquisa Qualitativa: tipos fundamentais. *Revista de Administração de Empresas*, v.35, nº 3, p. 20-29, Mai/Jun 1995.

GURISATTI, Paolo. O Nordeste italiano: nascimento de um novo modelo de organização industrial. In: URANI, André; COCCO, Giuseppe; GALVÃO, Alexander Patez. (orgs). *Empresários e empregos nos novos territórios produtivos: o caso da Terceira Itália*. 2.a edição. Rio de Janeiro, Editora DP&A, 2002. 269p.

HIRST, Paul e THOMPSON, Graham. *Globalização em Questão. A Economia Internacional e as Possibilidades de Governabilidade*. Petrópolis, Editora Vozes, 1998.

JACOBS, Jane. *Morte e Vida de Grandes Cidades*. São Paulo, Editora Martins Fontes, 2000. 489p.

KLINK, Jeroen Johannes. *A Cidade-Região: Regionalismo e Reestruturação no Grande ABC Paulista*. Rio de Janeiro, Editora DP&A, 2001. 225p.

KLINK, Jeroen. SANTOS, Roberto Elísio. Regionalismo e Reestruturação no Grande ABC Paulista: uma perspectiva brasileira de governança metropolitana. *Cadernos de Pesquisa Pós-Graduação/IMES*. São Caetano do Sul, nº 11, 2º semestre 2004.

KRUGMAN, Paul. *Desarrollo, Geografía y Teoría Económica*. Barcelona, Antoni Bosch editor S.A. 1995. 113p.

LLORENS, Francisco Albuquerque. *Desenvolvimento Econômico Local: caminhos e desafios para a construção de uma nova agenda política*. Rio de Janeiro, BNDES, 2001. 232p.

MARKUSEN, Ann. Two Frontiers for Regional Science: Regional Policy and interdisciplinary reach. *Regional Science*, vol 81, p.279-290, 2002.

MEYER-STAMER, Jörg. Estratégias de desenvolvimento local e regional: clusters, política de localização e competitividade sistêmica. *Friedrich Ebert Stiftung, Policy Paper*, nº 28, Setembro de 2001.

NADVI, K; SCHMITZ, Hubert. *Industrial clusters in less developed countries: review of experiences and research agenda*. Discussion Paper nº 339, Brighton, Institute of Development Studies, University of Sussex, 1996.

OHMAE, Kenichi. *O Fim do Estado Nação: a ascensão das economias regionais*. 3.a edição. Rio de Janeiro, Editora Campus, 1996. 214p.

\_\_\_\_\_. *O Novo Palco da Economia Global: desafios e oportunidades em um mundo sem fronteiras*. Porto Alegre, Bookman, 2005. 308p.

PIKE, Frank; SENGENBERGER, Werner. Distritos Industriais e recuperação econômica local: questões de pesquisa e política. In: URANI, André; COCCO, Giuseppe; GALVÃO, Alexander Patez. (orgs). *Empresários e empregos nos novos territórios produtivos: o caso da Terceira Itália*. 2.a edição. Rio de Janeiro, Editora DP&A, 2002. 269p.

PORTER, Michael. *Competição: Estratégias Competitivas Essenciais*. Rio de Janeiro, Elsevier Editora, 1999.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. *Metrópoles: Entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANCHEZ, Fernanda. *A reinvenção das cidades para um mercado mundial*. Chapecó, Argos, 2003. 588p.

SANTOS, Maria Helena de Castro. Governabilidade, Governança e Democracia: criação da capacidade governativa e relações Executivo-Legislativo no Brasil Pós Constituinte. In: *Dados – Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, volume 40, nº3, 1997, p.335-376.

SASSEN, Saskia. *As cidades na economia mundial*. São Paulo, Livros Studio Nobel, 1998, 190p.

SCHMITZ, Hubert (org). *Local Enterprises in the Global Economy*. Northampton, Edward Elgar Publishing, Inc, 2004. 392p.

SCOTT, Allen J. *Regions and the World Economy: the coming shape of global production, competition and political order*. New York, Oxford University Press, 1998, 175p.

SCOTT, Allen J (org). *Global City Regions: Trends, Theory, Policy*. New York, Oxford University Press, 2002. 458p.

STORPER, Michael. *The Regional World. Territorial Development in a Global Economy*. New York, Guilford Press, 1997. 338p.

VERGARA, Sylvia Constant. *Projetos e relatórios de Pesquisa em Administração*. 6.a edição. São Paulo, Editora Atlas, 2005. 96p.

## APÊNDICE 1

Linhas de pesquisa, por instituição, dos programas *stricto sensu* em Administração

INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR	LINHAS DE PESQUISA
FEAD	Estratégias, Competitividade e Inovações Organizações, Gestão e Mudanças
FGV/RJ	Organização e Gerência Políticas e Estratégias Tecnologias de Gestão
FGV/SP	Administração e Planejamento em Saúde Administração, Análise e Tecnologia da Informação Estratégia Empresarial Estratégias de Marketing Estudos de Ética nas Organizações Estudos Organizacionais Finanças Públicas Gestão da Cadeia de Suprimentos, Logística e Operações Gestão do Lazer e do Turismo Gestão do Meio Ambiente Governo e Sociedade Civil no Contexto Subnacional Mercados Financeiros e Finanças Corporativas Transformações do Estado e Políticas Públicas
FJP	Gestão Econômica, Financeira e Tributária Processos de Gestão e Implementação de Políticas Públicas Processos Socioeconômicos, Planejamento e Gestão Pública Produção do Conhecimento, Avaliação e Gestão da Informação
FPL	Gestão Empresarial e Competitividade Gestão de Políticas Públicas, Organizações Não-Governamentais e Desenvolvimento Regional
FUCAPE	Administração Estratégica Contabilidade Gerencial Finanças e Mercado Financeiro
FURB	Empreendedorismo e Novos Negócios Estratégias e Competitividade de Organizações
IBMEC	Competências Gerenciais Estratégia Estratégia e Decisão Finanças e Controladoria Marketing Sistemas de Informação e Apoio à Decisão
IMES	Gestão e Inovação Organizacional Gestão para o Desenvolvimento da Regionalidade
PUC/MG	Estratégia e Competitividade das Organizações
PUC/PR	Gestão Estratégica da Informação e do Conhecimento Processos Estratégicos
PUC/RIO	Comportamento e Estratégia Organizacional em Ambiente de Mudança Impacto de Mudanças nas Estratégias de Marketing Mercados Financeiros Brasileiros em Ambiente de Mudança
PUC/RS	Administração de Tecnologia da Informação Gestão de Marketing Gestão Estratégica
PUC/SP	Administração Social e Terceiro Setor Contabilidade e Auditoria Controladoria e Finanças Corporativas Estratégia e Administração de Finanças Estratégia Empresarial e Administração de Marketing Gestão de Pessoas, do Conhecimento e Transformação no Trabalho
UDESC	Gestão de Inovações e Tecnologias Organizacionais Gestão Pública, Terceiro Setor e Responsabilidade Social
UEM	Empreendedorismo Gestão de Organizações
UFBA	Gestão da Tecnologia, Qualidade e Competitividade Instituições, Finanças e Políticas Públicas Poderes Locais, Organizações e Gestão
UFC	Contabilidade Gerencial e Estratégia de Custos Gestão Econômica e Competitividade Gestão Estratégica e Instrumental de Marketing Gestão Estratégica e Instrumental de Recursos Humanos
UFES	Tecnologia de Gestão e Subjetividades
UFPA	Dinâmica e Gestão de Cadeias Produtivas Gestão Social, Ambiente e Desenvolvimento

	Organizações, Estratégia e Gestão
UFMG	Comportamento Humano nas Organizações Comunicação Mercadológica e Comportamento do Consumidor Desempenho e Estratégias Financeiras de Empresas Empreendedorismo em Finanças Estratégias Competitivas, Cultura Gerencial Nacional e Internacional Finanças Públicas Mercados de Capitais e Derivativos Mudança e Desenvolvimento Organizacional Novas Tecnologias Gerenciais Operações, Produção e Logística Empresarial Política e Gestão em Ciência e Tecnologia Relações de Poder e de Trabalho
UFPB/JP	Organizações e Recursos Humanos Tecnologia de Informação e Marketing nas Organizações
UFPE	Mercados, Competitividade, Desempenho e Informação Organizações e Trabalho
UFPR	Administração de Tecnologia, Qualidade e Competitividade Comportamento do Consumidor e Estratégia de Empresas Cultura, Comportamento e Formas de Gestão Estratégia e Mudança Organizacional Estratégias Financeiras e Organizações
UFRGS	Contabilidade e Finanças Estratégia de Produção e Competitividade Estratégia, Liderança e Organizações Gestão da Inovação Tecnológica Marketing e Estratégia Competitiva Organização do Trabalho e Recursos Humanos Sistemas de Informação e de Decisão
UFRJ	Contabilidade e Sociedade Contabilidade Internacional Controle Gerencial Gerência de Serviços, Varejo e E-Business Inovação, Tecnologia e Empreendedorismo Internacionalização de Empresas Marketing e Consumo Mercado de Capitais, Instituições Financeiras e Controle Gerencial Operações, Logística e Compras Organizações, Estratégias, Estruturas, Processos e Sistemas
UFRN	Estratégia, Gestão e Tecnologia da Informação Organizações e Comportamento Organizacional Políticas Públicas e Governança
UFRPE	Gestão, Mercados e Agronegócio Políticas Públicas e Desenvolvimento Rural Sustentável
UFRRJ	Estratégia Empresarial Gestão de Agronegócios
UFSC	Comportamento e Organização Contabilidade Financeira Contabilidade Gerencial Gestão da Informação, da Inovação e da Produção Gestão e Custos e Finanças Política e Gestão Universitária
UFSM	Estratégia e Competitividade nas Organizações Gestão Estratégica de Custos
UFU	Estratégia e Mudança Organizacional Gestão Financeira e Controladoria Mercado e Cadeia de Abastecimento
UNB	Contabilidade Financeira Contabilidade Gerencial e Custos Gestão Social Inovações em Estratégias e Processos Organizacionais Modelos de Gestão na Nova Administração Pública Relações de Trabalho e Comportamento Organizacional
UNESA	Estratégias Empresariais e Marketing Gestão Organizacional e Inovação Investimentos e Economia de Empresas e Competitividade
UNIFACS	Gestão Estratégica e Desenvolvimento Regional Inovação em Gestão e Competitividade Empresarial
UniFECAP	Contabilidade Gerencial, Controladoria e Contabilidade Estratégica Didática, Gestão e Técnicas de Ensino para Contabilidade
UNIFOR	Estratégia Empresarial Gestão Organizacional
UNIMEP	Estudos Organizacionais e de Negócios Marketing e Estratégia

UNISANTOS	Estratégia e Competitividade Porto e Meio Ambiente
UNISINOS	Estratégias Organizacionais Finanças Corporativas e Controle de Gestão Gestão da Competitividade Teoria da Contabilidade
UNIVALI	Estratégia e Tecnologias de Gestão Gestão Social
UPM	Comportamento Organizacional Gestão e Desenvolvimento de Mercados Valoração Empresarial
USP	Administração do Terceiro Setor Agronegócios Contabilidade Aplicada para Usuários Externos Controladoria e Contabilidade Gerencial Economia das Organizações e Estratégias Educação e Pesquisa em Contabilidade Ensino e Didática Finanças Gestão da Inovação Gestão de Pessoas Marketing Mercados Financeiro, de Crédito e de Capitais Pequenas e Médias Empresas Socioambiental Tecnologia da Informação Varejo e Logística
USP/RP	Análise Organizacional e Relações com o Ambiente Comportamento Organizacional e Gestão de Pessoas Estratégias e Operacionalização do Marketing Finanças Corporativas e Mercado de Capitais Processos Produtivos e Operações

## APÊNDICE 2

### Linhas de pesquisa por instituição, dos programas *strito sensu* em Economia

INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR	LINHAS DE PESQUISA
FGV/RJ	<p>Crescimento Econômico e Desenvolvimento Economia Internacional Economia Política Finanças Macroeconomia Métodos Quantitativos de Estatística e Econometria Organização Industrial Teoria Econômica</p>
FGV/SP	<p>Economia Social Macroeconomia, Desenvolvimento e Governo Mercados e Regulação Metodologia</p>
IBMEC	<p>Finanças Corporativas e Mercado de Capitais Finanças Empíricas Modelagem Macroeconômica</p>
IBMEC/SP	<p>Aplicação do cálculo de Value at Risk a carteiras de ações, com ajuste por liquidez As Relações ente indicadores subjetivos e objetivos de bem-estar e suas implicações normativas Avaliação de Projetos Avaliação dos Investimentos do BNDES de 1990 a 2000 Barriers to Technology Adoption and Convergence Across Locations Clubes de futebol: relação entre performance no campo e lucratividade Contágio e Interdependência: um e outro Contratação formal e informal Determinantes do risco país Economic Factors Affecting the Performance in the Olympic Games Efeito Envelhecimento e Mortalidade Marginal Eficiência do Mercado de Ações no Brasil Eficiência Operacional do Mercado de Ações no Brasil Finanças Empíricas Identificação e Quantificação do Risco Operacional para Empresas Não Financeiras Indústria do Cinema: proteção e tamanho do mercado Interdependência entre Mercados Financeiros Brasileiros e Internacionais Legislação de Mercado de Capitais e Direitos de Acionistas Minoritários Mensurando Confiança Modelagem de Risco de Crédito em Empresas Não Financeiras Modelos de Volatilidade Estocástica com mudança de regime Markovionana O diferencial de salários para as mulheres a partir de seu estado civil O efeito de aumento da fertilidade no salário das mulheres O efeito de casamento no salário das mulheres O funcionamento do mercado de títulos de dívida externa e a formação do Prêmio por Risco Soberano Pesquisa com moradores de rua Previsão com modelos não lineares Propriedades de pequenas amostras dos estimadores do GARCH e Persistência da Volatilidade Regimes na Transmissão de Choques dos EUA para a Europa Relevância do lucro contábil: event study mostrando como preço de ações reagem à divulgação de lucro contábil Risco de Crédito Technology Adoption and the Effects of Transfers across Locations Testando a Hipótese de Convergência para os Municípios Brasileiros utilizando Regressão Quantílica</p>
PUC/RIO	<p>Econometria Aplicada Economia do Setor Público Economia Internacional Economia Monetária Estudos do Trabalho e Políticas Sociais Finanças Finanças Corporativas História Econômica do Brasil Teoria Econômica</p>
PUC/RS	<p>Crescimento e Distribuição Desenvolvimento Regional Economia do Agronegócio Modelos Multisetoriais</p>
PUC/SP	<p>Economia Industrial, Trabalho e Tecnologia Economia Mundial Economia Regional, Agricultura e Meio Ambiente</p>

	Economia Social Estado e Políticas Públicas Moeda e Crédito
SBI	Análises Qualitativas em Gestão Empresarial Análises Quantitativas aplicadas à modelagem econômica Finanças Corporativas e Internacionais
UCB	Abertura Econômica, Emprego e Salários Agricultura Familiar Arranjos Produtivos Ataques Especulativos Consumo e Investimento Ótimos Crescimento de Cidades Econofísica Aplicada a Finanças Economia da Discriminação Economia do Crime Equilíbrio Geral com Mercados Financeiros Incompletos e Inadimplência Estudo de Eficiência de Mercado Federalismo Fiscal Finanças Empíricas no Brasil Finanças Internacionais e Crises Cambiais Impactos de Políticas Públicas: Saneamento e Educação Impactos do Seguro Desemprego no mercado de trabalho Otimização Estocástica em Finanças utilizando métodos da Programação Dinâmica Planejamento de Cidades
UEM	Crescimento Econômico e Ciclos Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente Economia Brasileira Economia do Agronegócio Economia do Trabalho Economia Internacional Economia Monetária Organização Industrial e Estudos Setoriais
UERJ	Análise Setorial e Políticas Sociais Economia Internacional: Sistemas de comércio, esquemas monetários e movimentos de capitais Políticas de Estabilização, Reformas Estruturais e Desenvolvimento Econômico: experiência internacional e o caso brasileiro
UFBA	Economia Agrária, Recursos Naturais e do Meio Ambiente Estudos Setoriais e Tecnológicos Integração e Desenvolvimento Regional e Urbano Trabalho, Distribuição de Renda e Problemas Sociais
UFC	Crescimento e Desenvolvimento Econômico e Regional Desenvolvimento Econômico Economia de Empresas Macroeconomia Métodos Quantitativos Organização Industrial e Economia do Trabalho
UFC	Economia Aplicada ao Agronegócio Economia dos Recursos Naturais e Política Ambiental Políticas Públicas e Desenvolvimento Rural Sustentável
UFES	Análise Macroeconômica Análise Microeconômica Economia da Informação e da Comunicação Economia da Inovação Economia do Trabalho Políticas Públicas e Capitalismo Contemporâneo Teoria Econômica
UFF	Análise de Conjuntura: Brasileira e Fluminense Economia Agrícola e Agrária Economia dos Serviços Economia e Política das Instituições Economia Industrial e Internacional Economia Mundial, Integração Regional e Desenvolvimento Econômico e Social Economia Social História do Pensamento Econômico e Filosofia Econômica História Econômica, Trabalho e Gênero Teoria e Política Macroeconômica Teoria Econômica e Economia Matemática
UFMG	Crescimento e Desenvolvimento Econômico Economia do Bem-Estar Social Economia dos Recursos Humanos Economia Industrial Economia Regional e Urbana Teoria Econômica
UFPB/JP	Emprego, Salário e Condições de vida do trabalhador Organização Produtiva e Financeira da Empresa

	Políticas Públicas e Espaço Globalizado
UFPE	Análise de Investimentos Análise de Políticas Ambientais Avaliação de Projetos e Programas Sociais Comercialização Agrícola Desenvolvimento Econômico e Planejamento Desenvolvimento Rural Distribuição de Renda e Pobreza Econ-Net-Economia de Redes/Internet Economia Agrícola Economia da Energia e da Tecnologia Economia do Setor Público Economia do Trabalho Economia dos Recursos Naturais Economia Industrial Economia Internacional Economia Regional e Urbana Globalização e Desenvolvimento Regional Modelos Matemáticos, Econométricos e Estatísticos Política Ambiental e Teoria dos Jogos Teoria Econômica
UFPR	Arranjos Produtivos e Sistemas Agroalimentares Crescimento Econômico, Instituições e Tecnologia Crescimento, Tecnologia e Integração Desenvolvimento Econômico e Políticas Públicas Economia Agrícola e Complexos Agroindustriais Economia do Trabalho Economia Política Economia Regional e Urbana Metodologia da Economia Organização Industrial e Economia da Tecnologia
UFRGS	Crescimento e Desenvolvimento Desenvolvimento, Instituições, Estratégias Privadas e Políticas Públicas Econometria Aplicada e Economia Matemática Economia Brasileira Economia de Empresas e Controladoria Economia do Trabalho Economia Internacional Economia Internacional e Integração Economia Política e Setor Público
UFRJ	Complexos Industriais Conjuntura Econômica Econometria Aplicada Economia da Energia Economia da Infraestrutura Economia da Tecnologia Economia do Meio Ambiente Economia do Trabalho Economia Internacional Economia Monetária e Financeira Estado e Desenvolvimento Econômico Estrutura Industrial e Competitividade Macroeconomia Aplicada e Política Econômica
UFSC	Agricultura, Emprego, Renda e Cadeias Produtivas Ensaio em Econofísica Estado, Trabalho e Capitalismo Histórico Estudos de Microeconomia Aplicada Finanças e Mercado de Capitais Finanças Internacionais Globalização e Desenvolvimento Sistemas de Inovação e Competitividade
UFU	Agricultura, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável Economia do Trabalho Economia e Diversidades Regionais Indicadores Sócio Econômicos e Economia Aplicada Políticas Públicas e Desenvolvimento
UFV	Competitividade e Cenários Macroeconômicos Internacionais Gestão de Recursos Naturais e Ambientais Gestão do Agronegócio Integração Econômica, Globalização e Interdependência de Mercados Mercados Agroindustriais Mudança Tecnológica Política Governamental
UNAMA	Gestão dos Recursos Naturais e Meio Ambiente Políticas e Estratégias de Desenvolvimento Regional

UNB	<p>Aspectos Econômicos da Escravidão no Brasil          Controvérsias em Economia Monetária e Macroeconomia Aberta          Crescimento e Distribuição          Direito e Economia          Economia da Regulação          Economia do Setor Público          Economia Internacional          Economia Política          Economia, Agricultura e Meio Ambiente          Impactos Distributivos do Gasto Social          Mercado de Trabalho e Economia do Trabalho          Modelos de Equilíbrio Geral Computável          Modelos Econômicos de Processos Políticos          Política Econômica no Brasil: Raízes Históricas e Aspectos Contemporâneos          Sistema Público de Emprego e Políticas de Emprego          Teoria Econômica          Teoria Econômica das Finanças          Teoria Política Positiva</p>
UNESP/ARAR	<p>História Econômica          Teoria Econômica</p>
UNICAMP	<p>A crise atual do Capitalismo em perspectiva histórica          A Economia mercantil escravista no mundo moderno          A Proteção Social numa perspectiva internacional comparada          Condições e Relações de Trabalho no Período recente nas Economias Desenvolvidas          Desenvolvimento Econômico e Social, Planejamento          Distribuição da Renda          Economia Industrial e da Tecnologia          Economia Internacional          Economia Regional          Estudos de Conjuntura Econômica          Formação Histórica da Economia Capitalista no Brasil          Gestão e Planejamento Urbano          Mercado de Trabalho e Políticas Públicas          Métodos Quantitativos aplicados à Economia          Moeda e Estruturas de Financiamento Públicas e Privadas          Perspectiva Histórica do Desenvolvimento Econômico          Pesquisas em Economia Agrícola, Agrária e Ambiental          Política Econômica e Economia Brasileira          Políticas Sociais Setoriais          Recursos e Políticas Tecnológicas          Temáticas e Polêmicas Estratégicas do Pensamento Brasileiro nos séculos XIX e XX</p>
USP	<p>Desenvolvimento Capitalista          Desenvolvimento Econômico          Economia Agrícola          Economia Brasileira          Economia da Educação          Economia da Informação          Economia da Nutrição          Economia da Saúde          Economia da Tecnologia          Economia do Meio Ambiente e Energia          Economia do Trabalho e dos Recursos Humanos          Economia e Organização Industrial          Economia Internacional e Comércio Exterior          Economia Monetária e Financeira          Economia Regional e Urbana          Finanças Públicas          História das Idéias Econômicas          História Econômica          Índices Conjunturais          Sistema de Informações Estatísticas          Teoria Econômica</p>
USP/ESALQ	<p>Agricultura, Energia e Recursos Naturais          Economia do Bem Estar          Economia Internacional          Economia Urbana, Rural e Regional          Extensão Universitária e Formação de Recursos Humanos em Economia Aplicada          Organização Industrial, Tecnologia e Economia do Setor Agroindustrial          Política, Finanças e Desenvolvimento Econômico</p>
USP/RP	<p>Desenvolvimento Econômico          Economia Social          Organizações e Mercado</p>

### APÊNDICE 3

#### Linhas de pesquisa, por instituição, dos programas *stricto sensu* em Planejamento Urbano e Regional

INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR	LINHAS DE PESQUISA
ENCE	Dinâmica Populacional, Condições de Vida e Políticas Públicas Estatística Social Métodos e Técnicas de Análise Demográfica População, Sociedade, Economia e Território no Brasil Contemporâneo Sistemas de Informação em Sociedade, Economia e Território no Brasil
FURB	Dinâmicas Socioeconômicas no Território Estado, Sociedade e Desenvolvimento Regional
PUC/PR	Governança e redes urbanas Planejamento Urbano e Regional Sustentabilidade Urbana
SBI	Desenvolvimento Regional Gestão de Cidades
UFPE	Conservação Integrada Estudo do Ambiente Construído Planejamento e Gestão Urbana
UFRGS	A Distribuição Espacial das Atividades e os Âmbitos de suas determinações Cidade, Cultura e Política Infraestrutura Urbana e o Planejamento Ambiental Percepção e Análise do Espaço Urbano Sistemas Configuracionais Urbanos
UFRJ	Planejamento e Estruturação Urbana e Regional Planejamento, História e Cultura Planejamento, Meio Ambiente e Tecnologia
UNIFACS	Ambiente Social e Desenvolvimento Sustentável Formação e Reestruturação de Regiões no Nordeste Processo de Desenvolvimento Regional Processos Urbanos Regionais
UNIOESTE	Cadeias Produtivas Economia Agrária Economia Regional
UNISC	Desenvolvimento e Integração Regional Desenvolvimento, Ordenamento Territorial e Meio Ambiente Sociedade, Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional
UNIVAP	Alterações Espaciais e Impactos Ambientais Dinâmicas Sócio-econômicas no Vale do Paraíba Geotecnologias aplicadas ao Planejamento Urbano Processos Sócio-espaciais Contemporâneos

## APÊNDICE 4

Linhas de pesquisa, por instituição, dos programas *stricto sensu* em Geografia

INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR	LINHAS DE PESQUISA
FUFSE	Análise Regional Dinâmica Ambiental Produção e Organização no Espaço Agrário
FUNECE	Análise geoambiental integrada no semi-árido e litoral Território, Sociedade e Cultura
PUC/MG	Estudos Urbanos e Regionais Meio Ambiente Sistemas de Informações Geográficas
UEL	Dinâmica e Gestão de Bacias Hidrográficas Modernização Tecnológica e Organização Espacial Paranaense População e Desenvolvimento Uso do Solo e Análise Ambiental
UEM	Análise Ambiental Organização do Espaço Habitado
UERJ	Dimensões Culturais na Dinâmica Sócio-Espacial Globalização, Políticas Públicas e Reestruturação Territorial Mudanças Ambientais e Qualidade de Vida
UFBA	Análise Urbana e Regional
UFC	Estudo socioambiental da Zona costeira Natureza, campo e cidade no semi-árido
UFF	Ordenamento Territorial Ambiental Ordenamento Territorial Urbano-Regional
UFG	Estudos Geoambientais Formação Regional: Política, Economia e Cultura Geografia e Práticas Educativas
UFMG	Geomorfologia e Meio Ambiente Meio Ambiente, Paisagem e Desenvolvimento Sustentável Produção, Organização e Gestão do Espaço Teoria, Métodos e Linguagens em Geografia
UFMS	Desenvolvimento Regional Planejamento e Gestão Ambiental
UFMT	Dinâmica da Natureza e Ações Antrópicas Produção do Espaço Regional
UFPA	Gestão dos Recursos Naturais e Meio Ambiente Gestão Urbana e Regional
UFPB/JP	Cidade e Campo: Espaço e Trabalho Gestão do Território e Análise Geo-ambiental
UFPE	Ecossistemas e Impactos Ambientais Estudo de Áreas de Fronteira Estudo de Regiões Agrárias História e Rumos do Pensamento Geográfico Organização e Dinâmica Espaciais: teorias e aplicações regionais Pequena Produção rural e Produção alimentar Sistemas Urbanos, Urbanização e Planejamento Urbano e Regional
UFPR	Análise e Gestão de Bacias Hidrográficas Dinâmica da Paisagem Produção e Transformação do Espaço Urbano e Regional Território, Cultura e Representação
UFRGS	Análise Ambiental Análise Territorial
UFRJ	Cultura, Informação e Cidadania Desenvolvimento, Ambiente e Território Dinâmica Hidro-Climática Espaço e Dinâmicas Urbano-Regionais Geopolítica e Territorialidade Geoprocessamento Interações Geo-Ecológicas e Biodiversidade Processos Geomorfológicos e Evolução da Paisagem
UFRN	Estudo do Ambiente Urbano e Rural Geografia e Ensino Globalização, Estado-Nação e Território Identidade e Representações Culturais
UFSC	Análise Ambiental Formação Sócio-espacial: Região Sul, Brasil e Mundo Oceanografia Costeira e Geologia Marinha Organização e Dinâmica do Espaço Rural

	<p>Processos Geológicos, Geomorfológicos e Evolução de Vertentes</p> <p>Recursos Hídricos</p> <p>Redes, Organização Territorial e Políticas Públicas</p> <p>Urbanismo, Cultura e História da Cidade</p>
UFSM	<p>Geoinformação e Análise Ambiental</p> <p>Meio Ambiente e Sociedade</p> <p>Sensoriamento Remoto em Geografia</p>
UFU	<p>Análise, Planejamento e Gestão Ambiental</p> <p>Análise, Planejamento e Gestão dos Espaços Urbano e Rural</p> <p>Ensino, Métodos e Técnicas em Geografia</p>
UNB	<p>Geoprocessamento para a Gestão Territorial e Ambiental</p> <p>Urbanização, Ambiente e Território</p>
UNESP/PP	<p>Desenvolvimento Regional</p> <p>Dinâmica e Gestão Ambiental</p> <p>Eixos Transversais – Ensino da Geografia/Teoria e Método em Geografia</p> <p>Estudos Rurais e Movimentos Sociais</p> <p>Produção do Espaço Urbano</p>
UNESP/RC	<p>Análise Ambiental</p> <p>Análise Sócio-Espacial e Planejamento Territorial</p> <p>Desenvolvimento Territorial</p> <p>Epistemologia e História da Geografia</p> <p>Geografia e Ensino</p> <p>Métodos e Técnicas de Análise da Informação Espacial</p>
UNICAMP	<p>Dinâmica Territorial: Sistemas Técnicos atuais e novas práticas sócio-espaciais</p> <p>Sistemas de Informação Geográfica, Análise dos componentes naturais da paisagem e das transformações decorrentes do uso e ocupação</p>
USP	<p>Espaço: Imagens e Representações Gráficas</p> <p>Espaço: Ensino, Imagens e Representações Gráficas</p> <p>Estudos Teóricos e Aplicados em Climatologia Tropical</p> <p>Evidências de Mudanças Globais Cenozóicas nos trópicos úmidos: estudos básicos e aplicados</p> <p>Formas, Materiais e Processos na Zona Tropical Úmida</p> <p>Geopolítica, Planejamento e Gestão do Território</p> <p>Metodologia em Geografia</p> <p>O Ensino da Geografia no Brasil</p> <p>Paisagem e Ambiente</p> <p>Sociedade Urbana: MetrÓpole e Território</p> <p>TerritÓrio, Economia e Desenvolvimento Regional</p>